

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Vinicius Coimbra Alves

ISRAEL E PALESTINA:  
UM ESTUDO SOBRE AS FONTES JORNALÍSTICAS  
UTILIZADAS NA COBERTURA DA OPERAÇÃO  
MARGEM PROTETORA NA FOLHA DE S. PAULO

Passo Fundo

2016

Vinicius Coimbra Alves

ISRAEL E PALESTINA:  
UM ESTUDO SOBRE AS FONTES JORNALÍSTICAS  
UTILIZADAS NA COBERTURA DA OPERAÇÃO  
MARGEM PROTETORA NA FOLHA DE S. PAULO

Monografia apresentada ao curso de graduação em Jornalismo, da Faculdade de Artes e Comunicação da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo, sob a orientação da prof<sup>a</sup>. Ms. Maria Joana Chaise.

Passo Fundo

2016

## RESUMO

Este trabalho se propôs a identificar quais foram as fontes jornalísticas utilizadas na construção do acontecimento Operação Margem Protetora no jornal Folha de S. Paulo. Nesta pesquisa, foi abordada a origem e funcionamento das editorias de Internacional em veículos brasileiros e no mundo, de forma geral. Esta pesquisa buscou entender a construção social da realidade feita pelo jornalismo a partir do entendimento dos autores Traquina (2005), Alsina (2009), Charaudeau (2012) e Defleur e Ball-Rokebach (1993); o que é um acontecimento e o que o faz se tornar uma notícia na visão de Charaudeau (2009), Rodrigues (2011), Alsina (2009) e Silva (2014). Para isso, foram escolhidos 12 textos publicados entre 1º de julho e 27 agosto de 2014 no acervo digital da Folha. Nesse período, 95 textos sobre o assunto foram encontrados. Destes, 12 foram selecionados. A metodologia desta pesquisa é a análise de conteúdo, conceituada por Herscovitz (2010) a partir de marcadores da matriz de fontes jornalísticas de Schmitz (2011). Os resultados obtidos indicam que o jornal teve uma média de dois textos diários do gênero informativo durante menos de dois meses de operação. A cobertura não se restringiu apenas ao repórter presente no local do acontecimento e às agências de notícias. A partir da análise de conteúdo verificou-se que a maioria das fontes são primárias, oficiais, ativas, identificadas e confiáveis. Verificou-se que houve um equilíbrio no número de fontes israelenses, palestinas e neutras utilizadas no texto.

**Palavras-chave:** Fontes jornalísticas. Acontecimento jornalístico. Jornalismo Internacional. Folha de S. Paulo.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matriz de classificação das fontes de notícias proposta por Schmitz .....	38
Tabela 2 - Textos com assinaturas e indicação de local de produção.....	39
Tabela 3 - Textos sem assinatura .....	40
Tabela 4 - Resultado encontrado na análise.....	50

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Fontes encontradas durante a análise.....	53
---	----

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>2</b>	<b>O JORNALISMO NÃO É MAIS UM ESPELHO .....</b>	<b>09</b>
<b>3</b>	<b>O ACONTECIMENTO.....</b>	<b>14</b>
<b>3.1</b>	<b>O que vira notícia?.....</b>	<b>16</b>
<b>4</b>	<b>AS FONTES NO JORNALISMO.....</b>	<b>20</b>
<b>4.1</b>	<b>Classificação das fontes.....</b>	<b>24</b>
<b>5</b>	<b>O JORNALISMO ALÉM DAS FRONTEIRAS.....</b>	<b>27</b>
<b>5.1</b>	<b>A informação vem de fora.....</b>	<b>29</b>
<b>6</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>34</b>
<b>6.1</b>	<b>Apresentação do objeto.....</b>	<b>34</b>
<b>6.2</b>	<b>O conflito.....</b>	<b>35</b>
<b>6.3</b>	<b>Operação Margem Protetora.....</b>	<b>36</b>
<b>6.4</b>	<b>Metodologia de pesquisa.....</b>	<b>37</b>
<b>6.5</b>	<b>Recorte para análise.....</b>	<b>39</b>
<b>7</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>41</b>
<b>7.1</b>	<b>Resultados da análise.....</b>	<b>50</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>54</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Escrever sobre o conflito entre israelenses e palestinos significa entrar em um assunto no qual as perguntas são de difíceis respostas. Isso pode ser identificado nas questões mais básicas sobre o tema: qual a origem de ambos? Por que existem conflitos entre os dois lados há décadas? Quem deles tem razão? Contudo, não é a ideia deste trabalho responder a esses questionamentos. Busca-se aqui estudar os relatos feitos pelos jornalistas que retratam o conflito, e, especialmente, identificar para quem a imprensa dá voz nos textos que relatam o conflito.

Dessa maneira, o objetivo geral desta pesquisa é identificar as fontes jornalísticas utilizadas na construção do acontecimento Operação Margem Protetora na Folha de S. Paulo. Esta operação ocorreu entre julho e agosto de 2014, na Faixa de Gaza, na Palestina, e envolveu o Exército de Israel e o Hamas, organização que administrava a região. A partir disso, a pesquisa visa responder a seguinte questão: quais foram as fontes jornalísticas utilizadas na construção do acontecimento Operação Margem Protetora no jornal Folha de S. Paulo? Como objetivos específicos desta pesquisa estão: entender a rotina da cobertura jornalística da editoria de Mundo da Folha durante um acontecimento no exterior; estudar o trabalho dos correspondentes internacionais do veículo no exterior e mesmo do jornalista da editoria que noticia o acontecimento à distância, no Brasil e/ou em outros países; abordar a origem e o funcionamento das editorias de Internacional dentro e fora do país e qual a importância delas para os veículos. Por fim, esta pesquisa procura entender a construção social da realidade feita pelo jornalismo a partir do entendimento dos autores Traquina (2005), Alsina (2009), Charaudeau (2012) e Defleur e Ball-Rokebach (1993); o que é um acontecimento e o que o faz se tornar uma notícia na visão de Charaudeau (2009), Rodrigues (2011), Alsina (2009) e Silva (2014). Por fim, busca-se aqui verificar se houve equilíbrio no número de fontes israelenses, palestinas e neutras utilizadas no texto.

Esta pesquisa tem duas motivações. A primeira é aprofundar o conhecimento sobre a base da construção de qualquer material jornalístico: as fontes. Assim, o autor entende que qualquer trabalho acadêmico sobre o tema já tem em si valor no campo da pesquisa do jornalismo. O segundo está relacionado ao interesse pessoal, já que, desde o início do curso, o Oriente Médio é objeto de interesse autor. No entanto, durante a revisão de literatura, poucas pesquisas sobre a região foram encontradas na área da Comunicação. Em outras, como nas Relações Internacionais e História, existe um expressivo número de trabalhos acadêmicos. Isso

foi entendido como um paradoxo. Por que a imprensa nacional aborda tanto o assunto e o mesmo não é objeto de estudo na academia? Estes questionamentos, pode-se dizer, foram motivos a mais para optar por estudar como o jornalismo noticia a região.

Este estudo foi dividido em cinco capítulos. No primeiro, é feita a discussão sobre a construção social da realidade feita a partir dos autores Traquina (2005), Alsina (2009), Charaudeau (2012) e Defleur e Ball-Rokebach (1993). No segundo capítulo, o conceito de acontecimento e o motivo que o faz virar uma notícia são abordados na perspectiva de Charaudeau (2009), Rodrigues (2011), Alsina (2009) e Silva (2014). No terceiro capítulo, Schmitz (2011), Lage (2001), Henn (1996) e Bahia (1992) são utilizados para entender o papel das fontes de notícias no jornalismo e como elas funcionam durante a construção das notícias. No capítulo seguinte é abordada a editoria de Internacional, onde são utilizadas como referências os estudos de Natali (2004), Aguiar (2008), Baldessar (2006), Erbolato (1991), Pasti (2011) e Marques (2005). O conflito entre israelenses e palestinos é resumido a partir de Greisch (2002), Olic (2003) e Canepa (2003).

Como recorte da análise foram selecionadas notícias publicadas na versão impressa da Folha de S. Paulo, entre os dias 1º de julho e 27 de agosto de 2014. A seleção do material foi feita através de buscas pelo termo "Israel" no acervo online do jornal. No total, foram encontrados 95 materiais do gênero jornalismo informativo. Destes, 12 textos foram escolhidos para análise. O método utilizado nesta pesquisa é a análise de conteúdo a partir do estudo de Herscovitz (2010). Para isso, serão utilizados como marcadores a matriz de tipificação das fontes jornalísticas proposta por Schmitz (2011).

## 2 O JORNALISMO NÃO É MAIS UM ESPELHO

No senso comum, o jornalismo é visto por alguns como um espelho da realidade. Ou seja, há um entendimento de que o que a imprensa noticia é, de fato, o que ocorreu, da forma como ocorreu. No entanto, o conteúdo veiculado pela mídia vai além de uma fiel reprodução de um acontecimento: entre este e a notícia que chega ao público, há todo um processo de construção jornalística e organizacional da imprensa e de respeito a critérios que determinam o que se torna ou não uma notícia<sup>1</sup>.

Na década de 1970, diversos autores passaram a rejeitar as teorias que tratavam a notícia como distorção ou espelho da realidade. E esse contraponto é baseado em três argumentos, na opinião de Traquina (2005). Primeiramente, o autor afirma que é impossível fazer uma distinção radical entre a realidade e os *media* noticiosos que deveriam refletir essa realidade. Isso ocorre porque as próprias notícias elaboradas pelos veículos de comunicação ajudam a construir a realidade. Em segundo, o autor afirma que não existe uma linguagem neutra, ou seja: é impossível que a própria linguagem funcione como um transmissor direto do significado dos acontecimentos. Por último, o Traquina (2005) atenta para o processo de organização dos meios de comunicação, que ficam condicionados a limitações orçamentárias e ao modo como tal veículo se porta frente à imprevisibilidade dos acontecimentos, ou seja, os próprios *mídia* possuem o que eles compreendem como realidade e buscam repassar seu próprio entendimento.

Traquina (2005), ao observar a notícia como um processo de construção social da realidade, relaciona a teoria construcionista com a teoria construtivista. Esta, além de também rejeitar a teoria do espelho, defende que as notícias são o resultado de complexos processos de interação entre jornalistas e fontes de informação; jornalistas e a sociedade e, por fim, entre os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização (TRAQUINA, 2005, p. 171). Além disso, a teoria construtivista entende as notícias como um índice do real, que se utiliza de formas literárias e narrativas para enquadrar o acontecimento. Como exemplo, o autor

---

<sup>1</sup>Como serão comumente citados no decorrer desta pesquisa, optou-se por definir nota, notícia, reportagem e entrevista a partir da visão de Marques de Melo (2003), formatos que ele agrega ao que denomina gênero informativo. Segundo essa classificação, a distinção entre os três primeiros ocorre “exatamente na progressão dos acontecimentos, sua captação pela instituição jornalística e a acessibilidade de que goza o público” (MELO, 2003, p. 65). Dessa maneira, segundo o autor: “A nota corresponde ao relato de acontecimentos que estão em processo de configuração e por isso é mais frequente no rádio e na TV. A notícia é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social” (MELO, 2003, p. 65 e 66). A entrevista, por sua vez, “é um relato que privilegia um ou mais protagonistas do acontecer, possibilitando-lhes um contato direto com a coletividade” (MELO, 2003, p. 65).

cita a estrutura da pirâmide invertida do jornalismo, que ajuda a elencar a importância das informações. Assim, a pirâmide enquadra, primeiramente, o que é mais importante em termos de informação em um texto jornalístico, seguido depois por aquelas que são acessórias. Além disso, as respostas às perguntas “quem?”, “o que” e “onde?” funcionam também como um processo de enquadramento que dá vida ao acontecimento, que dessa forma é construído. Em seguida, o acontecimento, enfim, constrói a realidade (TRAQUINA, 2005, p. 172).

Charaudeau (2012) discute a teoria construcionista ao abordar a questão da deformação do acontecimento feito pela mídia. Para ele, se as notícias são um espelho, "não são mais do que um espelho deformante, ou ainda mais, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo" (CHARAUDEAU, 2012, p. 18). O autor afirma ainda que a mídia não transmite a realidade, e sim impõe o que constrói do espaço público. Para ele, a informação é essencialmente uma questão de linguagem que constrói um sentido particular do mundo.

Essa questão da linguagem como parte da construção social da realidade, citada anteriormente por Traquina (2005) e Charaudeau (2012), é explicada a fundo por Defleur e Ball-Rokebach (1993). Para exemplificar o processo, os autores usam o estudo de Edward Sapir feito com tribos norte-americanas na década de 1920. Como resultado, Sapir identificou que os grupos analisados não davam apenas diferentes nomes a objetos, mas sim experienciavam realidades diversas. Concluiu ele que os vocábulos, convenções de linguagem e significados construía o próprio sentido da realidade, porque "não existem duas línguas suficientemente semelhantes para poderem ser consideradas representantes da mesma realidade social" (DEFLEUR; BALL-ROKEBACH, 1993, p. 270).

A língua é um guia para a "realidade social"... a língua condiciona fortemente todo o nosso modo de pensar acerca de problemas e processos sociais [...] é bastante ilusório imaginar que a gente se ajusta à realidade essencialmente sem recorrer ao emprego da língua e que esta seja um mero meio incidental de resolver problemas específicos de comunicação ou reflexão. O que importa é que o "mundo real" é em grande parte construído inconscientemente com base nos hábitos de linguagem do grupo (DEFLEUR; BALL-ROKEBACH, 1993, p. 270).

Alsina (2009) trabalha com dois modelos de análises no entendimento da realidade como produto da mídia. O primeiro acredita que a mídia tende a construir uma realidade aparente, uma ilusão, chegando mesmo a manipular e distorcer a realidade objetiva. O outro modelo entende que é feita uma simulação da realidade social por parte da mídia. No entanto, as duas correntes de pensamento apontam para a realidade transmitida como uma construção,

um produto das atividades especializadas. Alsina chega a afirmar que o processo da construção da realidade social depende completamente da prática do jornalismo (ALSINA, 2009, p. 46). Mas, para o autor, não é apenas o jornalista que constrói a realidade social.

Não devemos vincular o conceito de "construção da realidade" única e exclusivamente com a prática jornalística. A noção "construção social da realidade" [...] localiza-se no nível da vida no cotidiano, em que se dá, no entanto, um processo de institucionalização das práticas e dos papéis. Esse processo é, ao mesmo tempo, social e intersubjetivamente construído. [...] Podemos dizer que os jornalistas têm papel socialmente legitimado e institucionalizado para construir a realidade social como realidade pública e socialmente relevante (ALSINA, 2009, p. 46 e 47).

Mas esse trabalho de construção, manipulação ou mesmo de distorção feito pela mídia não significa que as notícias sejam ficção. Para Bird e Dardenne (2005), considerar as notícias como narrativas não nega seu valor como correspondentes da realidade. Ou seja, mesmo que seja uma construção, os autores acreditam que as notícias informam e que os leitores aprendem com elas (BIRD e DARLENE *apud* TRAQUINA, 2005, p. 169). Ainda sobre isso, DeFleur e Ball-Rokeach (1993) afirmam que a mídia não quer, deliberadamente, criar ilusões ou enganar alguém com as notícias, pelo menos nas sociedades ocidentais, onde os códigos éticos do jornalismo visam, entre outros valores, os de ser objetivo, justo, cuidadoso e factual. Segundo eles, o que é selecionado para virar notícia e a construção que dela é feita são fatores que fogem do controle do produtor do conteúdo, porque a descrição que é feita do acontecimento é uma consequência dos recursos que o jornalista dispõe no exercício da prática jornalística (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 280).

Lippmann (*apud* DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993) faz um contraponto à ideia anterior. O autor, mesmo sem trabalhar com a ideia de uma teoria construcionista, entendia, na década de 1920, que os meios de comunicação criavam a própria realidade. Ou, nas palavras dele, a imprensa à época era, em muitos casos, desonesta e enganadora, sendo capaz, inclusive, de divulgar informações que podiam ser deturpadas ou até completamente falsas (LIPPMANN *apud* DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 279). Como exemplo, ele usa o período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Antes do fim do conflito, os veículos de comunicação anunciaram um armistício, fato que ocorreu apenas cinco dias depois de publicada a notícia na mídia. Como resultado, Lippmann afirma que

as pessoas se rejubilaram baseadas em uma descrição falsamente construída da realidade. Entrementes, diversos milhares de jovens morriam nos campos de batalha. [...] as pessoas agem não baseadas no que realmente está se passando ou que tenha ocorrido, mas naquilo que imaginam seja a situação real conseguida de descrições fornecidas pela imprensa, ou seja, significados e interpretações que amiúde têm apenas limitada correspondência com o que se passou (LIPPMANN *apud* DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 279).

Mesmo diante de argumentos que apontam a notícia como uma construção da realidade feita pelo jornalismo, existem profissionais que têm resistência a esse paradigma. A aversão pode ser entendida na forma de organização da prática jornalística e suas ideologias na explicação de Hall (*apud* TRAQUINA, 2005, p. 169). Nela, o autor argumenta que a afirmação de que qualquer acontecimento pode ser construído de diversas maneiras e, assim, ter significados diferentes, não atacam, em nenhum modo, a legitimidade da prática jornalística. No entanto, os profissionais resistem à ideia de que a notícia não é um relato, mas uma construção do jornalista. Sobre isso, Roeh (*apud* TRAQUINA, 2005, p. 169) afirma:

O fenômeno mais impressionante no jornalismo ocidental, tanto na *práxis* como na teoria, é a fé metafísica obstinada e conservadora de que a linguagem é transparente. Ou, de outra forma, o erro assenta na recusa dos jornalistas, mas também dos estudantes de jornalismo, em situar a profissão onde esta pertence, isto é, no contexto de expressão humana da atividade expressiva. É a recusa em lidar com a escrita das notícias por aquilo que ela é na sua essência - contar histórias (ROEH *apud* TRAQUINA, 2005, p. 170).

Traquina (2005) aborda culturalmente a questão ao citar o sociólogo norte-americano Michael Schudson. Este afirma que, inconscientemente, os jornalistas constroem as notícias inseridos em um sistema cultural, com depósito cultural de significados armazenados e de padrões de discurso. O sociólogo completa: "As notícias como uma forma de cultura incorporam suposições acerca do que importa, do que faz sentido, em que tempo e em que lugar vivemos, qual a extensão de considerações que devemos tomar seriamente em consideração" (SCHUDSON *apud* TRAQUINA, 2005, p. 170). Tuchman (*apud* TRAQUINA, 2005) concorda com a afirmação anterior. Segundo ela, entender a notícia como uma estória não significa rebaixá-la, nem a tratar como fictícia, uma vez que toda notícia, assim como documentos públicos, é uma realidade construída e possuidora de sua própria validade interna" (*apud* TRAQUINA, 2005, p. 169).

A teoria construcionista, desse modo, ajuda a entender como a prática jornalística influencia no produto que chega ao leitor. A percepção e a bagagem cultural de um repórter,

por exemplo, são fatores que contribuem para que um fato seja abordado de uma forma ou mesmo nem seja objeto de interesse. Mas não é apenas o profissional que colabora para que isso ocorra. Fatores como interesses próprios de um veículo, circunstâncias sociais e mesmo a linguagem constituem variáveis na rotina da construção social da realidade feita pelo jornalismo através das notícias. Esse processo, entretanto, ocorre apenas quando há o que “construir”, ou seja: sempre parte de um acontecimento.

### 3 O ACONTECIMENTO

Para que haja uma notícia, é preciso que algo aconteça na sociedade. Um acidente de trânsito, um homicídio, uma partida de futebol, qualquer evento da realidade pode ser o ponto de partida para construção de uma notícia. Um jornalista não pode criar um texto a partir de algo que não tenha ocorrido, de informações que não tenham envolvido pessoas ou instituições. Isso não seria jornalismo, e sim ficção. É preciso ter conhecimento também que, no processo jornalístico, nem todo o acontecimento será necessariamente uma notícia. Para que assim o seja, existem critérios definidos por fatores e agentes jornalísticos, que determinam o que se torna ou não uma notícia.

Segundo Berger e Tavares (2016), existem dois tipos de acontecimentos, que depois dão origem a outros. O primeiro é o vivido no cotidiano. Ou seja, aquele “pensado pela História, a Filosofia e as Ciências Humanas em geral, tem sido objeto de estudo e investigação, tangenciando reflexões que perpassam uma relação com o tempo, objetivo e/ou (inter) subjetivo” (BERGER; TAVARES, 2016, p. 2). Ele está relacionado à realidade tangível e à percepção mental que dele é feita. O segundo é o que é estudado no jornalismo, como é representado pela imprensa quando é objeto. “[...] diz respeito à construção do acontecimento em forma de notícia ou das linguagens jornalísticas que constroem o acontecimento” (BERGER; TAVARES, 2016, p. 2). Ou seja, para além do acontecimento social que dá origem à notícia, quando é contado, retratado jornalisticamente, ele se torna um outro tipo de acontecimento, nomeado pelos autores como acontecimento jornalístico.

Este último, o acontecimento jornalístico, é o que nos interessa neste estudo. Rodrigues (1998, p. 27) o define como "tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais". Para o autor, o acontecimento jornalístico tem um sentido restrito porque se distingue de outros acontecimentos na medida em que viram notícia quando sua ocorrência é menos provável. Assim, diferente dos acontecimentos comuns, os jornalísticos ocorrem sem nexos e causas aparentes, e, por isso, se tornam dignos de registro. Morin (*apud* ALSINA, 2009, p. 139) faz um contraponto à ideia anterior. Segundo ele, no acontecimento jornalístico, a premissa da imprevisibilidade não é imprescindível. Os exemplos disso são os eventos como entrega de prêmios, casamentos, etc. Com isso, Morin (*apud* ALSINA, 2009) aborda o acontecimento a partir de duas características: primeira é entender que é acontecimento tudo o que acontece no tempo; a segunda é parecida com a ideia de Rodrigues (1998) e trabalha com a ideia do acontecimento a partir de características como

improvável, singular, acidental ao fato, ou seja, quando algo foge à norma.

Charaudeau (2012) afirma que, para que um acontecimento exista, é necessário nomeá-lo, torná-lo inteligível, para que as pessoas de um grupo consigam entendê-lo no espaço social onde vivem. “Mortos são mortos, mas para que signifiquem ‘genocídio’, ‘purificação étnica’, ‘solução final’, ‘vítimas do destino’ é preciso que se insiram em discursos de inteligibilidade do mundo que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais” (CHARAUDEAU, 2002, p. 131).

Já Alsina (2009, p. 113) afirma que “[...] a construção da notícia é um processo complexo que se inicia com um acontecimento”. Ele argumenta que a imprensa, ao relatar um acontecimento, constrói uma nova realidade a partir da notícia que é publicada. Isso ocorre porque quem dá sentido ao acontecimento é o indivíduo que o observa. Para o autor, o acontecimento é um fenômeno social determinado, de maneira histórica e cultural, pela sociedade. Dessa maneira, “a cultura é a que decide em que nós devemos prestar atenção e o que devemos ignorar. Essa função de proteção oferece uma estrutura ao mundo e protege o sistema de uma sobrecarga de informação” (HALL *apud* ALSINA, 2009, p. 115). Alsina classifica em três as premissas de acontecimentos.

- 1) Os acontecimentos são gerados através de fenômenos que são externos ao sujeito.
- 2) Mas os acontecimentos não fazem sentido longe dos sujeitos, pois são os que lhe conferem sentido.
- 3) Os fenômenos externos que o sujeito percebe tornam-se acontecimento por causa da ação destes sobre aqueles. Os acontecimentos se compõem das características dos elementos externos nos quais o sujeito aplica seu conhecimento (ALSINA, 2009, p. 114).

Alsina (2009) explica como a mídia funciona como um mediador entre o acontecimento e a notícia. Antes, ele faz uma diferenciação: acontecimento é uma mensagem recebida pela mídia, ao passo que a notícia é uma mensagem emitida pela mesma (ALSINA, 2009, p. 14).

Poderíamos considerar então que a mídia é um sistema que funciona com alguns *inputs*, os acontecimentos, e que gera alguns *outputs* que transmitem: as notícias. E essas notícias são recebidas como acontecimento pelos indivíduos receptores da informação. Ou seja, todo e qualquer *output* pode ser também um *input* de outro sistema e todo e qualquer *input* também pode ter sido um *output* de um sistema anterior (ALSINA, 2009, p. 14).

Mas para que o processo anterior ocorra, é necessário que o material seja publicado,

porque “[...] se o público não receber qualquer notícia sobre um fato, esse fato não poderá ser considerado um acontecimento de transcendência social” (ALSINA, 2009, p. 116). A transcendência social, explica Alsina, está relacionada a questões políticas e sociais de cada sociedade. Ela, por sua vez, é quem determina o grau de transcendência dos acontecimentos. Ou seja, o que é acontecimento em uma sociedade pode não o ser em outra.

Como afirma Alsina (2009), uma infinidade de acontecimentos ocorre todos os dias na sociedade, mas nem todos viram notícia nos veículos de comunicação. Com isso, é importante entender qual o critério de escolha de um acontecimento em detrimento do outro. E, mais: por que um fato recebe maior atenção e/ou espaço que o outro? As respostas para esses questionamentos são sugeridas por diversos autores dentro da pesquisa jornalística.

### 3.1 O que vira notícia?

Rodrigues (1988) recorre a um exemplo clássico do jornalismo para responder à questão sobre o que é digno de se tornar notícia: “[...] um cão que morde um homem não é um facto jornalístico, mas se um homem morder um cão então estamos perante um facto susceptível de se tornar notícia” (RODRIGUES, 1988, p. 27). Ou seja, para o autor, quanto menos previsível o acontecimento, mais probabilidade ele tem de se tornar uma notícia.

Silva (2013) também recorre ao exemplo anterior para abordar a questão. O autor cita uma classificação de quatro grupos de teorias propostas por Gans (*apud SILVA*, 2013) que explicam a origem das notícias. O primeiro sustenta que o conteúdo noticioso é originado na subjetividade dos próprios jornalistas. Ou seja, “[...] não basta que o homem morda o cachorro para tornar-se notícia, mas, acima de tudo, valerá sempre o julgamento do profissional por trás da pauta sobre os atributos que levam o assunto a ter ou não espaço no seu veículo” (SILVA, 2013, p. 26). O segundo grupo teórico de Gans (*apud SILVA*, 2013) nada tem a ver com o primeiro, porque ele atenta para rotina de produção dos veículos e busca ver como o processo de seleção das notícias é influenciado por requisitos eminentemente comerciais. O terceiro foge das perspectivas dos dois anteriores porque tem como foco o próprio evento que vira notícia. Este, que é popular entre os que defendem a “teoria do espelho”, parte da ideia de que os próprios acontecimentos por si só determinam o que vira notícia. Desse modo, então, o jornalista tem a tarefa de apenas “refletir” o fato ao público.

Por fim, o quarto grupo acredita que é fora dos veículos que se constitui o processo de

seleção de notícias. Neste, segundo Gans (*apud* SILVA, 2013), há uma interferência direta de grupos que têm interesses e mesmo daqueles que exercem pressões de anunciantes no veículo, num modelo de jornalismo capitalista. Além do mais, “um rol de teorias ditas ‘culturalistas’, que deterministicamente atrelam o processo de seleção de notícias aos valores culturais de diferentes projetos de nação também se ajusta aos limites dessa classificação” (GANS *apud* SILVA, 2013, p. 29).

Já Charaudeau (2012) divide os critérios de noticiabilidade do acontecimento em dois grupos: externo e interno. O externo é relacionado ao modo de aparecimento do acontecimento, que, por sua vez, é subdividido em três. O primeiro é o acontecimento que surge com caráter inesperado, que não podia ser previsto. É o acontecimento-acidente. O autor cita como exemplo as catástrofes naturais, como tremores de terra, tsunamis, inundações, furacões etc. O segundo é exatamente o contrário: é o programado. Neste, o acontecimento é de algo conhecido e/ou anunciado antecipadamente. O último é o acontecimento suscitado, que é provocado e preparado pelo setor institucional, particularmente o setor do poder político. Este faz pressão junto às mídias com fins estratégicos. O autor afirma que nesse último ocorre na origem do acontecimento uma manipulação. Já os critérios internos têm relação com as escolhas dos próprios veículos de comunicação.

Ainda sobre isso, Charaudeau (2012) trata da distância do acontecimento e do público como um elemento decisivo na escolha daquilo que vira ou não uma notícia. Segundo ele, o afastamento espacial do acontecimento gera dificuldades para o veículo, uma vez que ele fica dependente de agências, correspondentes ou de fontes externas. Esse processo pode transmitir as informações de modo instantâneo. Isso, pode fazer com que o consumidor do conteúdo veja o veículo “numa posição – ilusória – de ver, ou ler o que se passa em diversos pontos do mundo ao mesmo tempo, o que leva a crer, não sem razão, que está investida de um dom de ubiquidade” (CHARAUDEAU, 2012, p. 135). A proximidade espacial, por sua vez, traz o entendimento que o acontecimento próximo interessa mais ao público do veículo. Esse interesse, segundo Charaudeau (2012), é o que distingue uma informação nacional de uma regional. Essa diferença pode ser vista no interesse que tem certo grupo social frente a um acontecimento.

[...] é, pois, o modo de tratamento da notícia que faz com o lugar do acontecimento esteja próximo ou longínquo. Se o que acontece trazer uma sombra de ameaça aos interesses daqueles que recebem a informação, o local descrito pela notícia se tornará próximo; se, ao contrário, o conflito for tratado com distanciamento, sem que se sinta a pressão de uma ameaça, o espaço público será então avaliado como pertencente a um mundo diferente, num local geograficamente longínquo (CHARAUDEAU, 2012, p. 136).

Além da questão geográfica, as notícias se adequam ao tempo. Segundo Erbolato (1991), o que ontem foi importante, amanhã não o será, necessariamente. “Quando o primeiro satélite artificial foi lançado ao espaço, a matéria mereceu manchete na primeira página de todos os jornais. Atualmente, qualquer outro lançamento semelhante que se faça, se chega a ser noticiado, o é no máximo em uma ou duas colunas” (ERBOLATO, 1991, p. 59). Outra questão que ajuda a entender por que tal veículo tem interesse em determinado acontecimento é a própria preferência do veículo por determinado assunto.

Enquanto os órgãos da chamada *imprensa popular* ou *sensacionalista* noticiam com destaque que “Motorista de ônibus fez picadinho com 3 crianças”, esse mesmo atropelamento e morte figurará em quatro ou cinco linhas no matutino circunspecto, que prefere tratar de temas ligados à ecologia, ao desenvolvimento nuclear ou à revolução dos acontecimentos políticos (ERBOLATO, 1991, p. 59 e 60 – grifo do autor).

Silva (2014) afirma que comumente os valores-notícia e os critérios de seleção e critérios de noticiabilidade são entendidos como sinônimos. No entanto, para ela, os dois primeiros são conceitos específicos que fazem parte de um conceito mais amplo da noticiabilidade. Para explicar esse processo, a autora define três instâncias ou conjuntos de critérios de noticiabilidade. O primeiro aborda a origem dos fatos, que é a seleção primária ou valores-notícia. Ele os considera atributos próprios ou características típicas do fato em si, que são reconhecidos por diferentes profissionais e veículos de imprensa. Neste, a autora propõe a seguinte classificação:

Impacto (número de pessoas envolvidas/afetadas pelo fato; Proeminência (notoriedade, celebridade, posição hierárquica, elite, sucesso/herói; Conflito (guerra, rivalidade, disputa, briga, greve, reivindicação); Tragédia/Drama (catástrofe, acidente, risco de morte e morte, violência/crime, suspense, emoção, interesse humano; Proximidade (geográfica e cultural); Raridade (incomum, original, inusitado); Surpresa (inesperado); Governo (interesse nacional, decisões e medidas, inaugurações, eleições, viagens, pronunciamentos; Polêmica (controvérsia, escândalo); Justiça (julgamentos, denúncias, investigações, apreensões, decisões judiciais, crimes); Entretenimento/Curiosidade (aventura, divertimento, esporte, comemoração); Conhecimento/Cultura (descobertas, invenções, pesquisas, progresso, atividades e valores culturais, religião. (SILVA, 2014, p. 65 e 66).

O segundo, o tratamento do fato, é mais amplo, “centrando-se na seleção hierárquica dos fatos e levando-se em conta, para além dos valores-notícias escolhidos, fatores inseridos dentro da organização, como formato do produto, qualidade do material jornalístico apurado (texto e imagem), prazo de fechamento, infraestrutura, tecnologia” (SILVA, 2014, p. 52). Dessa maneira, ela entende que não basta apenas escolher o que vai virar ou não uma notícia, mas o que é mais importante, o que merece a capa do jornal ou a manchete principal na escalada do telejornal, entre outros. Nesta escolha, é levado em conta também questões que vão desde a qualidade de uma imagem, o formato do produto, a linha editorial até o custo e o público alvo do material que é produzido.

No último conjunto, da visão dos fatos, estão concentrados fundamentos éticos e filosóficos, como conceitos de verdade, objetividade, imparcialidade, etc. Silva (2014) explica esta instância a partir também do entendimento de Wolf. De acordo com ele, a noticiabilidade é contribuída por um “complexo de requisitos que se exigem para os eventos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos aparatos informativos e do ponto de vista da estrutura do profissionalismo dos jornalistas-, para adquirir a existência pública de notícia” (WOLF *apud* SILVA, 2014, p. 53). Assim, então, não basta que um acontecimento seja digno de virar notícia e estampar a capa do dia seguinte: ele ficará refém do entendimento do jornalista. A autora pontua que esses conjuntos não trabalham de forma isolada um do outro, mas sim concomitantemente durante o processo jornalístico.

No entanto, o acontecimento pouco importa ao jornalismo sem que pessoas estejam envolvidas com ele. Alsina (2009, p. 124) afirma que “o ser humano é o centro do acontecimento”. Segundo o autor, esse entendimento mudou com as sociedades capitalistas. “Se na época anterior um personagem, pela sua importância social, era objeto de atenção por parte dos meios de comunicação, agora também qualquer pessoa pode se tornar um personagem por causa da atenção que a mídia recebe” (ALSINA, 2009, p. 124). Ou seja, hoje, qualquer pessoa pode ser personagem devido à capacidade de reconstruir o acontecimento que presenciou para o jornalista. No jornalismo, essas pessoas que têm ligação com o acontecimento são comumente chamadas de fontes. A importância delas, sua relação com o acontecimento e a construção que dele é feita são assuntos do próximo capítulo.

## 4 AS FONTES NO JORNALISMO

As fontes são a base para o trabalho do jornalista. Sem elas, a imprensa não teria acesso a informações da maioria dos eventos de interesse público, porque, em geral, não há um profissional da comunicação presente quando ocorre um acontecimento. Assim, grande parte das informações é repassada por testemunhas ou mesmo organizações, que têm interesse direto ou indireto na publicação do material. Na rotina por busca de informações, há, ainda, a figura da assessoria de imprensa, que media a relação entre a fonte e o jornalista.

São várias as definições de fontes jornalísticas nos livros de teoria do jornalismo. E não é para menos. Como afirma Melo (1996, p. 49), "a fonte é o principal elemento de ligação entre um bom jornalista e seus objetivos". Para Schmitz (2011), as informações jornalísticas têm origem em vários tipos de fontes, que são usadas a fim de confirmar ou ressaltar a veracidade de um acontecimento. O autor conceitua o tema desta maneira:

Fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia (SCHMITZ, 2011, p. 9).

Nas palavras de Bahia (1990), as fontes são, em grande parte, responsáveis pela credibilidade do jornalista ou do veículo na construção das notícias. Assim, quanto mais transparente for a fonte, mais perto da objetividade fica o conteúdo jornalístico. O autor aponta a importância de mencionar as principais fontes da notícia, bem como, se possível, as primárias e secundárias, sempre que a menção tenha a finalidade de qualificar o material. No entanto, ele condena o uso anonimato de uma fonte de informação com a finalidade de expressar opinião ou para publicitar um interesse pessoal do jornalista. Essa prática é considerada "uma frontal violação da ética jornalística" (BAHIA, 1990, p. 37).

A questão da ética jornalística também é abordada por Charaudeau (2009) ao pontuar que, obviamente, a imprensa não pode inventar notícias. Para construí-las, o jornalista deve ter acesso a um maior número possível de fontes, e, depois, verificá-las e apresentá-las ao público. Independente da classificação, são as fontes as responsáveis pela maioria das informações coletadas pelo jornalista quando da elaboração de um conteúdo jornalístico, segundo Schmitz

(2011). Isso pode ser visto na explicação de Mouillaud (1997, p. 51) quando este afirma que a mídia não está "face a face ao caos do mundo". Segundo o autor, os meios de comunicação se encontram no fim de uma cadeia de transformações que lhe entregam um real já domesticado por agências internacionais, instituições públicas e privadas. Dessa maneira, a mídia é entendida por Mouillaud (1997) como o último dos operadores de um conjunto sócio simbólico. Como resultado, na visão de Schmitz (2011), o processo da construção da notícia força o profissional, muitas vezes, a produzir um conteúdo sobre aquilo que não entende e/ou tampouco presenciou.

Nesse sentido, Henn (1996, p. 52) afirma que o jornalista, “[...] ao invés de um cômico espectador da realidade, [...] é um leitor de signos devidamente interpretados pelas fontes”. Assim, o profissional tem no testemunho dos outros a matéria-prima para construção da notícia. Paillet (*apud* HENN, 1996, p. 52) vai além ao argumentar que nenhum jornalista tem contato direto com os fatos que relata, e, por isso, fica dependente das informações de primeira e segunda mão. Esse contato entre profissional e fonte é o que, na opinião de Paillet (*apud* HENN, 1996), produz o acontecimento essencial do fenômeno jornalístico. Para ilustrar esse processo da dependência dos jornalistas a fontes, Henn (1996) cita o exemplo de uma ocorrência de incêndio.

Mesmo que o repórter esteja diante de um prédio em chamas, isso não basta para que ele consiga os subsídios necessários à redação da matéria. Ele terá que buscar o testemunho de diversas pessoas que possam responder certas perguntas necessárias à explicação da ocorrência. A causa do incêndio, a que horas começou, como se alastrou [...] enfim, uma série de requisitos que dependerão do relato de outros, e não somente da sua própria observação. Relatos que, por sua vez, podem ser controversos (HENN, 1996, p. 52).

Ainda sobre o exemplo, o autor atenta para o fato de que, mesmo quando da observação do incêndio pelo repórter, este fica preso à mediação imposta pela própria percepção. Santaella (*apud* HENN, 1996) explica esse processo ao afirmar que, para compreender qualquer coisa, a consciência produz um signo, um pensamento como mediação entre quem observa e o próprio fenômeno. “Perceber nada é senão traduzir um objeto de percepção em julgamento de percepção, ou melhor, é interpor uma camada interpretativa” (SANTAELLA *apud* HENN, 1996, p. 52).

Além do mais, para Henn (1996), as fontes, independentemente quais sejam, têm interesses e discursos próprios. Assim, elas contaminam o material do jornalista com relatos interpretativos originados durante a apuração das informações. Para que o conteúdo jornalístico

não fique refém dessas representações, Lage (2004) sugere ouvir pelo menos três testemunhas de um acontecimento. Segundo ele, para confiar inteiramente em uma história, o jornalista deve fazer a apuração com três fontes diferentes que não se conhecem e que não trocaram informações entre si. Após isso, fica como “verdade” aquilo de comum que houver no relato delas. O autor argumenta, também, que “o testemunho mais confiável é o mais imediato”, porque “[...] se apoia na memória a curto prazo, que é mais fidedigna, embora desordenada e confusa” (LAGE, 2004, p. 54). Já na memória a longo prazo, a mente ganha em consistência ao passo que perde em exatidão factual. Essas práticas não implicam necessariamente que o jornalista desconfie da fonte, ou mesmo do relato da testemunha de um acontecimento. Como explica Gerbner (*apud* LAGE, 2004, p. 54) cada indivíduo cria a própria representação da realidade a partir do contexto que vive e na sua memória. E isso ocorre com qualquer pessoa, seja fonte ou não.

Mas, se ao invés de representar a realidade no relato, uma fonte mentir sobre o que viu? Para Lage (2004), a partir disso, surgem duas questões: “1) por que se conta que alguém preste informações a um estranho, se não ganha nada como isso? 2) por que confiamos que, decidida a responder, essa pessoa não inventará uma resposta qualquer?” (LAGE, 2004, p. 54 e 55). A resposta da primeira questão, segundo o autor, é que os homens querem ser aceitos socialmente. Para isso, eles desenvolvem, desde a primeira infância, atitudes cooperativas a fim de alcançar esse objetivo. Para responder à segunda questão, o autor cita uma máxima de Grice (*apud* LAGE, 2004): “[...] toda conversação depende do que um dos envolvidos imagina o que o outro pretende. Se ambos se admitem em boa-fé, procurarão atender às máximas e esperarão, cada qual, que o interlocutor faça o mesmo” (GRICE *apud* LAGE, 2004, p. 57). Grice (*apud* LAGE, 2004) argumenta que

[...] é muito mais fácil dizer a verdade do que inventar mentiras [...] as pessoas aprenderam a agir assim na infância e não perderam o hábito de fazê-lo. E, certamente, afastar-se do hábito envolveria um grande esforço. Um princípio geral da conduta humana é buscar a máxima eficiência com o menor custo possível – e a mentira tem alto custo moral e físico (GRICE *apud* LAGE, 2004, p. 58 e 59).

Alsina (*apud* HENN, 1996, p. 54) fala da ligação entre acontecimento, fonte e notícia, vista como básica para a construção da realidade jornalística. Isso ocorre porque as fontes também funcionam como produtoras de notícias e acontecimentos artificiais que posteriormente viram notícias. O autor cita o poder político, e, como exemplo, o governo do

presidente Fernando Collor de Mello. “Os primeiros meses do governo Collor no Brasil foram pródigos na utilização desse recurso, com suas domingueiras corridas matinais, frases emblemáticas nas camisetas, bravatas esportivas [...] e outras fanfarrônicas” (HENN, 1996, p. 54). Esses acontecimentos advindos de Collor, segundo Henn (1996, p. 54), “garantiam a primeira página dos principais jornais todas as segundas-feiras”. O autor aborda outro lado dessa questão.

[...] o jornalista que tem a necessidade de recontextualizar rapidamente o acontecimento excepcional. Tende a privilegiar as interpretações estabelecidas pelo sistema político, e isso o leva a mesclar a relevância pública do acontecimento com a valorização estabelecida por esses sistemas. Nesse sentido, a fonte seria o marco com a função e construção ao mesmo tempo, ao qual o jornalista recorre com diversas intencionalidades para concretizar sua competência contextualizadora do acontecimento/notícia (HENN, 1996, p. 54).

Originalmente, conforme Lage (2004), as fontes de informação não eram treinadas para desempenhar para confiar informações à imprensa. Era comum a imprensa ouvir diretamente pessoas envolvidas em algum evento de interesse público. O autor cita a prática de colocar um repórter em um porto ou estação ferroviária, para entrevistar passageiros vindos de outros países e de outras regiões do país. O mesmo ocorria com funcionários públicos, políticos, diretores de empresas etc. Esse acesso direto às fontes mudou com a difusão das assessorias de imprensa, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Com isso, o repórter passou a contar com um intermediário profissional para entrar em contato com a fonte. No Brasil, as assessorias de imprensa se consolidaram durante o período da ditadura militar (1964 – 1985), segundo Chaparro (1994), devido ao controle que os veículos jornalísticos enfrentaram no período.

O autoritarismo de 1964 trouxe nossa imprensa para a era da “nota oficial”: o repórter recebe o texto em vez de cavar suas próprias informações em várias fontes. O máximo que o jornalista se permite é acrescentar uma cabeça ou um lead. [...] o repórter e todo o processo jornalístico acomodaram-se e deixaram de investigar [...] Os grandes jornais preferiram a linha empresarial, que consiste, basicamente, em informar sem comprometer-se (DINES *apud* CHAPARRO, 1994, p. 69).

Atualmente, como afirma, Schmitz (2011, p. 44) “principal instrumento das fontes nas relações com a mídia ainda continua sendo o release”. Nos Estados Unidos e Europa, segundo o autor, o release é um complemento de informações, sem os atributos de um texto jornalísticos

e distribuídos aos jornalistas durante entrevistas. No começo do trabalho das assessorias no Brasil, segundo o autor, o release não passava de uma propaganda disfarçada, pois chegava às redações via departamento comercial dos jornais e atendia às vaidades dos anunciantes”. Esse quadro muda em meados da década de 1980, quando o release passa a ser construído com o formato de uma notícia dos veículos diários.

### **3. 1 Classificação das fontes jornalísticas**

Os pesquisadores utilizados como base para a explicação das fontes jornalísticas nesta pesquisa apresentam classificações diferentes sobre tema. Isso acontece porque, com afirma Wolf (2009, p. 22), “as fontes não são [...] todas iguais e todas igualmente relevantes, assim como o acesso a elas e o seu acesso aos jornalistas não está uniformemente distribuído”. Assim, é natural que ocorram divergências no entendimento de cada autor sobre a questão. Desse modo, neste trabalho, optou-se por utilizar a matriz de tipificação proposta por Schmitz (2011), que será utilizada para a posterior análise do conteúdo. O estudo desenvolvido pelo autor, a partir de autores e os manuais de redação de veículos brasileiros. Assim, ele classifica as fontes de notícias em categoria, grupo, ação, crédito e qualificação e conceitua cada uma e suas subdivisões. Desse modo, a matriz

[...] estabelece um demarcação e inter-relação entre os tipos, grupos e classe de fontes. De posse dessa matriz, pode-se partir de qualquer tipo de fonte para ordenar uma relação mútua entre os diferentes quadrantes. Portanto, este sistema de classificação explicita as nuances e características de cada tipo. Ao mesmo tempo, forma um conjunto complexo, que conceituamos um a um para ordenar os atributos, como uma contribuição para uma introdução à teoria das fontes de notícias (SCHMITZ, 2011, p. 23).

A primeira divisão proposta por Schmitz (2011) é quanto à categoria e está relacionada com o envolvimento direto ou indireto no acontecimento. Assim, a fonte pode ser primária ou secundária. A primeira é a que está próxima ou na origem da informação. Ela fornece versões e números que, por vezes, podem ser dados em "primeira mão". A outra é a secundária, que contextualiza, interpreta, analisa, comenta ou complementa a matéria jornalística, e é produzida a partir das informações de uma fonte primária.

Em seguida, o autor propõe uma divisão em grupo, que trata da notoriedade, testemunha ou especialização da fonte. A fonte oficial é “a que em função ou cargo público se pronuncia por órgãos estatais e preservam os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário)” (SCHMITZ, 2011, p. 24). Organizações agregadas, como juntas comerciais, cartórios, companhias públicas também são exemplos. A empresarial representa uma corporação empresarial da indústria, comércio, serviços ou do agronegócio. Normalmente suas ações têm interesse comercial ou institucional e estabelecem relações com a mídia visando preservar a sua imagem e reputação.

A fonte institucional representa uma organização sem fins lucrativos ou grupo social. Tem como características “buscar a mídia para sensibilizar e mobilizar o seu grupo social ou a sociedade como um todo e o poder público para defender uma causa social ou política” (SCHMITZ, 2011, p. 23). A popular geralmente não fala em nome de organização ou grupo social. Ela pode aparecer como vítima, cidadão reivindicador ou testemunha. A fonte notável é a que fala de si e de seu ofício. Exemplos: artistas, escritores, esportistas, profissionais liberais, personalidades políticas, etc. Já a testemunhal funciona como álibi para a imprensa, porque representa aquilo que viu ou ouviu, como participante ou observadora de um acontecimento.

A fonte especializada tem notório saber específico, pode ser um especialista, perito, intelectual, ou organização detentora de um conhecimento reconhecido. Normalmente está relacionada a uma profissão, especialidade ou área de atuação. A referência está ligada à bibliografia, documento ou mídia que o jornalista consulta. Pode ser encontrada em pautas que envolvem livros, artigos, teses e outras produções científicas, tecnológicas e culturais.

A terceira divisão trata da relação entre a fonte e o jornalista. Desse modo, ela pode ser proativa, que produz e oferece notícias prontas, ostensiva e antecipadamente. Segundo o autor, utilizam “uma estratégia de visibilidade e agendamento de suas ideias, produtos ou serviços, para neutralizar concorrentes ou adversários” (SCHMITZ, 2011, p. 28). Com isso, buscam criar uma identidade positiva ao usar o jornalismo para interferir na esfera pública. Estão permanentemente disponíveis aos jornalistas. A fonte ativa é menos ostensiva que a anterior. Além disso, mantém relacionamento regular com a mídia e possui uma estrutura profissional de comunicação. Ela cria canais de rotinas, como entrevistas exclusivas ou coletivas, releases frequentes, sala de imprensa no site da organização, mídias sociais, etc., e fornece material de apoio à produção de notícias.

A passiva é a fonte usada como referência. Bibliografias, documentos e mídias são exemplos. No entanto, organizações, grupos e pessoas também podem ser classificadas dessa maneira, uma vez que se manifestam apenas quando consultadas por repórteres. Já a fonte

reativa “podem ser pessoas e organizações que agem discretamente, sem chamar a atenção da mídia ou para evitar a invasão de sua privacidade, mesmo sendo notórias e detentoras de informações relevantes e de interesse público” (SCHMITZ, 2011, p. 29).

O crédito ou não da fonte é a quarta classificação proposta por Schmitz (2011). A fonte identificada (on) apresenta o nome (de preferência completo ou como a pessoa é conhecida), status, profissão, cargo, função ou condição e a quem representa. Já a anônima (off) é aquela em que o jornalista, por algum motivo, opta por não revelar a fonte.

A última classificação do autor aborda a qualificação e o grau de credibilidade da fonte. Ela é dividida em três. A confiável mantém uma relação estável e acessível e articulada com o jornalista. Além disso, tem histórico de veracidade das informações, na hora esperada ou rapidamente; Fidedigna: Exerce seu poder pela posição social, inserção ou proximidade ao fato; por fim, a fonte duvidosa é aquela que “[...] expressa reserva, hipótese e mesmo suspeita. Assim, o valor de verdade da informação é atenuado, embora a sua posição confira crédito e o jornalista considera a informação como provisoriamente verdadeira, até prova em contrário” (SCHMITZ, 2011, p. 32).

Independente da classificação, as fontes são responsáveis pela credibilidade do jornalista e do veículo. Além do mais, elas são essenciais para a construção de um texto jornalístico, porque os jornalistas normalmente não estão presentes no local de um acontecimento. Isso porque, para Mouillaud (1997), os meios de comunicação estão no fim de uma cadeia de transformações de um real já domesticado, ou seja, as informações de um acontecimento. Mas e quando esse acontecimento ocorre longe do local onde está o veículo que o noticia? Quais fontes são ouvidas e quem é responsável pela construção das notícias das editorias de assuntos internacionais nos veículos brasileiros? O quarto capítulo desta pesquisa é dedicado a entender a editoria de Internacional, sua história e rotina, no Brasil e no exterior. Além disso, são abordados também o trabalho dos profissionais no exterior e as agências de notícias que abastecem a editoria.

## 5 O JORNALISMO PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS

A editoria de Jornalismo Internacional apresenta variáveis que vão da semântica até a delimitação dos assuntos abordados pela editoria, que pode ser diferente entre veículos e países. Os jornalistas especializados nessa área acabam, na maioria das vezes, por construir as notícias longe do local do acontecimento, já que o número de correspondentes e sucursais de veículos brasileiros no exterior é reduzido. Dessa maneira, as agências de notícias internacionais são a principal fonte de informação da editoria na imprensa nacional.

Para Azevedo (in PENA, 2005, p. 121), o Jornalismo Internacional “é aquele que trabalha com fatos que acontecem além das fronteiras do país onde fica o jornal”. Já Aguiar (2008) explica que existem divergências quanto a definições. Segundo ele, para alguns, o Jornalismo Internacional é a área que cuida dos assuntos do exterior. Outros afirmam que é o conjunto de notícias publicadas na mídia estrangeira, ou seja, o jornalismo produzido por estrangeiros, mesmo que sejam correspondentes no território nacional que escrevam sobre o Brasil, por exemplo.

Aguiar (2008) afirma que a maioria dos jornais brasileiros adota uma delimitação geográfica para definir os assuntos de responsabilidade da editoria de Internacional. Além disso, quando o Brasil é parte envolvida em algum acontecimento, como viagens executivas e disputas comerciais, é prática que essas pautas fiquem sob responsabilidade das editorias de Política e de Economia. O mesmo acontece em jornais dos Estados Unidos, que diferenciam os assuntos exteriores “sem” e “com” a presença do país. O autor cita como exemplo as guerras do Vietnã e do Iraque, que tiveram participação dos EUA, mas, nos noticiários, não faziam parte do grupo das demais *world news* dos veículos norte-americanos.

Entre os autores não há consenso quando os jornais começaram a noticiar informação de fora do país. Em todo o mundo, segundo Espinosa (*apud* AGUIAR, 2008), o espaço das notícias do exterior começou tardiamente. Para ele, essa demora ocorreu pelos poucos recursos tecnológicos disponíveis à época, que impediam o acesso a informações. Isso ocorria porque “o jornalismo nasceu como uma atividade de comunicação local, com uma vocação comunitária” (ESPINOSA *apud* AGUIAR, 2008, p. 2). Dessa maneira, segundo o autor, as informações sobre o exterior passaram a ter espaço na imprensa diária apenas com o surgimento das primeiras agências internacionais de notícias, antes da metade do século XIX, quase um século depois da Revolução Industrial.

Natali (2004) contrapõe a ideia anterior. Segundo ele, a suposição da precária

infraestrutura da comunicação e do interesse local é errada porque o “[...] jornalismo nasceu, isto sim, sob a forma de jornalismo internacional, com o formato de coleta e difusão de notícias produzidas em terras distantes” (NATALI, 2004, p. 13). Assim, para o autor, o jornalismo internacional nasceu no início do século XVII, antes do modelo capitalista das agências de notícias.

Ocorreu, na época mercantil, o florescimento rápido dessas folhas de notícias impressas que eram vendidas a quem quisesse comprar e não mais circulavam dentro de um mesmo conglomerado comercial e financeiro. [...] Essas folhas deixaram de ser presenteadas ou vendidas apenas a parceiros ou clientes preferenciais. A boa informação impressa passou a ser comprada por um grupo indistinto de pessoas que bem mais tarde seriam chamadas de agentes econômicos (NATALI, 2004, p. 13).

Uma das hipóteses levantadas por Natali (2004) sobre o início do jornalismo internacional no Brasil remete ao ano de 1808, quando da fundação do primeiro jornal brasileiro, o Correio Brasiliense. Pouco depois, ainda no mesmo ano, a família real portuguesa chegou ao país. Com isso, passou a ser impressa a Gazeta do Rio de Janeiro, um diário da Coroa que divulgava assuntos do governo e o “[...] estado de saúde de todos os príncipes da Europa, [...] Digamos, com certa condescendência, que o ‘estado de saúde de todos os príncipes da Europa’ já era uma forma rudimentar de noticiar fatos estrangeiros” (NATALI, 2004, p. 23).

Mas esses impressos eram raros no país. Segundo Natali (2004), no século XVIII, as notícias se concentravam na política interna. Os impressos tinham como função defender posições, lançar polêmicas ou mesmo estragar com a reputação de certas pessoas. Esse modelo de periódico, que se manteve entre a Independência, em 1822, e a Maioridade de D. Pedro II, em 1840, ficou conhecido pelos historiadores como pasquins. A preferência pelos acontecimentos domésticos e a quase inexistência do jornalismo com assuntos do exterior tinha duas razões, conforme Natali.

[...] em primeiro lugar os motivos, por assim dizer, ‘técnicos’. As notícias chegavam por navio. Até pouco depois de 1850 não existia ainda a navegação a vapor. As travessias do Atlântico eram demoradas, de duração incerta. As ‘atualidades’ chegavam sempre com algo em torno de seis semanas de atraso entre o momento em que ocorriam e o momento em que saíam impressas no Brasil. Há em seguida o fato de as oligarquias nacionais da primeira metade do século XIX serem bilíngues. Falava-se também o francês e assinavam-se publicações que chegavam da França. Não seria, portanto, exagerado supor que um determinado cidadão, integrante da pequena minoria alfabetizada e politizada, soubesse do noticiário internacional bem mais por meio de periódicos importados com os quais os pasquins não poderiam ou

não teriam o interesse de fazer concorrência (NATALI, 2004, p. 22).

Se no passado não havia interesses no assunto do exterior, hoje a situação mudou. Para Erbolato (1991), atualmente a imprensa brasileira dedica boa cobertura para a editoria de Internacional. Isso ocorre, segundo o autor, por quatro motivos. Primeiramente, algumas notícias que ocorrem no exterior interessam ao Brasil e aos brasileiros. Além disso, leitores do veículo têm interesse em notícias de seus países de origem. Conforme Erbolato (1991), o material oferecido pelas agências dispensa a manutenção de correspondentes do veículo fora do país, o que barateia o serviço de apuração. Por fim, o baixo custo para preencher páginas da editoria de internacional com o conteúdo que chega das agências justifica o espaço dado a notícias do exterior. Esses dois últimos tópicos, o uso de correspondentes internacionais e do conteúdo de agências de notícias, são importantes para entender como é a rotina de trabalho de uma editoria de Internacional em um veículo brasileiro durante a apuração de informações de um fato ocorrido no exterior.

### **5.1. A informação vem de fora**

Acontecimentos importantes ocorrem todo dia em diversas partes do mundo. O veículo que quiser noticiá-los terá de buscar as informações através de basicamente dois meios: os correspondentes internacionais e as agências de notícias. O primeiro é definido pelas autoras Agnez e Moura (2015, p. 41 e 42) como “o profissional que se estabelece em diversas partes do mundo e mantém abastecida a rede de informações formada pelas agências de notícia”. Segundo elas, a opção por esse profissional ocorre quando os grandes veículos de comunicação, geralmente televisões e impressos, desejam “uma cobertura internacional de alta qualidade, independente e autêntica”. Para isso, eles “[...] investem nesta atividade jornalística com profissionais próprios, não dependendo exclusivamente dos conteúdos fornecidos pelas agências” (AGNEZ; MOURA, 2015, p. 42).

Ainda segundo Agnez e Moura (2015), é preciso que o repórter que pretende seguir a carreira de correspondente internacional tenha amplo repertório cultural, além de conhecer o país onde vai trabalhar. Além disso, noções históricas, geopolíticas e a fluência no idioma do país – ou mais de um idioma – são apontados como requisitos básicos ao profissional que opta

por esse ramo do jornalismo. No entanto, mesmo com essa imersão no país onde trabalha, o correspondente “não deve perder o referencial do próprio país e nem mesmo o olhar estrangeiro, capaz de observar os fatos numa perspectiva mais conjuntural e menos interna” (AGNEZ; MOURA, 2015, p. 43). Com isso, nas palavras das autoras, é preciso que haja no jornalista um “frescor no olhar, de quem acaba de chegar a um novo lugar” (AGNEZ; MOURA, 2015, p. 43).

Os correspondentes internacionais são categorizados por Natali (2004) em dois tipos: o jornalista da redação enviado ao exterior e mantido lá através de um concurso próprio e os *stringers*, profissionais que fazem trabalhos quando acionados pelo veículo. Estes últimos podem estar moradores do país onde ocorre um acontecimento ou mesmo podem ser deslocados de um país a outro para uma cobertura específica. Natali (2004) afirma que os grandes jornais do eixo Rio-São Paulo eram os que mais investiam no noticiário internacional e chegaram a manter sucursais fora do Brasil, nas décadas de 1960 a 1980. No entanto, atualmente, são poucos os profissionais dedicados a esse ramo do jornalismo. O autor justifica que o corte de gastos e o endividamento das empresas jornalísticas são alguns dos motivadores dessa situação. Além do enxugamento no número de profissionais, os correspondentes mudaram a forma de trabalhar no exterior.

Entre os anos 1980 e 2004, ocorreu uma transformação no perfil profissional do jornalista expatriado. Não se trata mais de uma personalidade da mídia brasileira na qual se valorizam os conhecimentos prévios sobre temas da política internacional e sua capacidade de emitir opiniões. O correspondente é hoje bem mais um repórter. Não se exigem dele textos opinativos que caracterizariam uma espécie de colunista sediado em um país estrangeiro. Mas, em contrapartida, há uma exigência bem mais centrada em narrar fatos que ele tenha apurado (NATALI, 2004, p. 60).

Mas quando não há um correspondente do veículo no exterior, as editorias de Internacional dos jornais brasileiros ficam dependentes do material fornecido por agentes externos ao veículo, quase sempre estrangeiros. E isso ocorre na maioria das vezes, conforme Aguiar (2008). Essa prática influencia nas notícias que chegam ao leitor, uma vez que os produtores do conteúdo repassam as informações sem contextualizá-las ao público brasileiro e também sem comparações à realidade local. Esse trabalho fica sob responsabilidade dos profissionais do veículo que recebe o material dos agentes externos (AGUIAR, 2008, p. 5). Aguiar (2008) afirma que a distância física em relação ao objeto acaba por limitar o jornalista, porque o mesmo é refém de mediações tecnológicas no acesso às informações ou às fontes. Esse fenômeno é visto também quando há um correspondente *in loco*, porque ele terá, em algum

momento, que transmitir as informações à redação por meio de um aparelho. Assim,

ao trabalhar com ‘apuração à distância’, o Jornalismo Internacional apresenta uma tendência ‘natural’ a pré-mediatizar o trabalho jornalístico (via apuração por outras mídias); realizando uma permanente polifonia e reproduzindo discursos sobre discursos de outrem. Neste processo, corre permanente risco de negligenciar contextos, deslocar declarações e perenizar visões pré-concebidas (AGUIAR, 2007, p. 16).

Essa prática força os veículos jornalísticos a ficarem dependentes da construção que os repórteres dessas agências de notícias fazem de um acontecimento. Assim, conclui Souto (2009), “o trabalho nas editorias que cobrem assuntos internacionais consiste basicamente na reciclagem da informação para convertê-la aos padrões de cada veículo” (2009, p. 35). Steinberger (*apud* SOUTO, 2009, p. 35) atenta que, nas editorias de internacional, a checagem de informações nas fontes primárias é quase nula, mas a reciclagem das mesmas é intensa. O resultado, para Pena (2011), é que os jornais publicam informações semelhantes às de seus concorrentes, porque a apuração acaba feita em agências e publicações estrangeiras, criando assim um círculo de fontes iguais utilizadas por veículos diferentes (PENA, 2005, p. 124).

Para Aguiar (2008), as agências de notícias são “empresas especializadas em coletar informações de interesse jornalístico dispersas, formatá-las como notícia e redistribuí-las para assinantes – veículos de imprensa que são seus clientes comerciais e pagam para ter direito a publicar o material recebido” (AGUIAR, 2008, p. 22). Esse mercado de notícia ocorre porque, como afirma Erbolato (1991), “[...] a nenhum jornal, que *vende notícias a varejo*, exemplar a exemplar, a leitor por leitor, seria possível manter correspondentes ou enviados especiais em *todas* as cidades do mundo” (ERBOLATO, 1991, p. 197 – grifos do autor). Isso, segundo Gregorio (*apud* ERBOLATO, 1991, p. 197), contribuiu para o surgimento das agências de notícias. Além da questão financeira, os jornais, mesmo que investissem em sucursais e correspondentes, não conseguiriam receber as notícias com a rapidez suficiente, segundo o mesmo autor. Essa ideia é reforçada pela definição de Jayma Dantas citado por Erbolato (1991, p. 198): “As agências de notícias é exatamente o jornalismo na mais alta velocidade”.

Seja pela rapidez ou pela questão econômica, as agências de notícias se afirmaram como alternativa para abastecer os veículos com informações do exterior. Erbolato (1991) classifica as agências como meios indiretos de informação, porque não divulgam o material diretamente ao público, mas sim aos veículos. Estes, por sua vez, se encarregam de levar as notícias aos leitores. A influência das agências nos veículos brasileiros é ressaltada por Dantas (citado por

Erbolato, 1991, p. 198), que afirma que não há, no Brasil, nenhum veículo, independentemente de seu formato, que consiga se manter atualizado sem que tenha a assinatura de uma ou mais agências internacionais de notícia.

As primeiras agências de notícias, como citado antes, surgiram há quase dois séculos. Para Marques (2005) a Havas é a mãe de todas elas. Criada por Charles Havas, em 1832, a precursora da atual Agence France-Presse funcionava como um *bureau* de imprensa, traduzindo informações publicadas nos jornais franceses e estrangeiros. Em 1835, a Havas passou a se denominar como uma agência de notícias e fez dos seus informantes repórteres. Assim, a Havas passou a distribuir aos jornais notícias sobre diplomacia, finanças e política. Baldessar (2006) vê o período do fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria como o problema mais importante da área da comunicação internacional. Segundo a autora, as agências não apenas distribuía as notícias como faziam filtragem das informações, privilegiando os interesses ideológicos dos blocos. Essa situação ajudou a estabelecer o monopólio das agências de notícias como produtoras globais de conteúdo.

Pela sua regularidade e pela sua perseverança, as agências mundiais reduzem as outras empresas jornalísticas à dependência tanto mais quanto estas reduzem as suas redes e correspondentes estrangeiros [...] Assim, o destino de uma ocorrência, quer dizer, um fato de entrar ou não no fluxo internacional, depende, sobretudo das escolhas efetuadas pelos jornalistas de agências mundiais (TRAQUINA *apud* BALDESSAR, 2006, p. 58).

Pasti (2011) afirma que as agências de notícias estiveram presentes em toda a história da produção nacional de notícias. E não apenas como fontes de informações. Até mesmo a estrutura do conteúdo jornalístico foi importada. Com a estabilidade das redes de telégrafo e a possibilidade de perder o material durante uma transmissão – principalmente nas décadas de 1840 e 1850, induziam à estruturação dos textos noticiosos das agências em ordem decrescente de relevância. Esse método ficou conhecido como pirâmide invertida (PASTI, 2011, p. 9). O autor elaborou uma matriz de eventos que engloba as principais mudanças técnicas, políticas e normativas relativas às agências, no mundo e no território brasileiro. Ele propõe a divisão em três períodos: O primeiro é o da formação pretérita das agências, o telégrafo e a configuração de hierarquias territoriais (1835 — 1945); O segundo, a expansão das redes técnicas e os novos arranjos políticos das agências (1945 — 1990); O terceiro período é entendido quando do processo de globalização da informação e os círculos globais de notícias baseados na internet (1990 — atualmente) (PASTI, 2013, p. 33).

Assim, a partir do entendimento dos autores, é possível notar que as agências de notícias são responsáveis por grande parte do conteúdo que os veículos brasileiros publicam diariamente. E isso tende a continuar assim por razões majoritariamente econômicas. Os correspondentes, por sua vez, são cada vez mais raros e seguem a lógica de enxugamento nos custos das redações dos veículos. No entanto, mesmo diante desse quadro, veículos nacionais ainda mantêm profissionais fora do país e dedicam bom espaço para os assuntos do exterior. Um exemplo é a Folha de S. Paulo e sua editoria de Mundo, objeto de estudo nesta pesquisa.

## 6 METODOLOGIA

### 6.1 Apresentação do objeto

Neste capítulo são apresentados, primeiramente, os objetos de estudo desta pesquisa. Em seguida, é abordado o método utilizado para os fins, a análise conteúdo, e por fim, o recorte dos materiais analisados para a elaboração deste trabalho.

O jornal Folha de S. Paulo foi fundado em 1921, mas passou a ser assim nominado a partir de 1960. Entre essas duas datas, o Grupo Folha chegou a ter três jornais diários. O primeiro, o vespertino Folha da Noite, foi fundado em 19 de fevereiro de 1921. Em 1925, o Grupo criou a Folha da Manhã; e, em 1949, a Folha da Tarde. Esses periódicos circularam até o dia 1º de janeiro de 1960, quando houve a fusão dos três para a criação de apenas um, a Folha de S. Paulo (FOLHA, 2010).

Segundo Agnez (2015), a editoria de internacional existe desde o ano de fundação do jornal e passou a ser denominada “Mundo” em 1991, quando houve uma reformulação nas editorias. De acordo com a autora, no livro *Folha de S. Paulo Primeira Página: Uma Viagem Pela História do Brasil e do Mundo*, nas 223 mais importantes capas da Folha desde 1921, e publicado em 2006, 40% delas se referem a notícias internacionais. Conforme Gomes (2012), o espaço da editoria varia de uma a três páginas na semana e pode chegar a cinco na edição de fim de semana. Quando ao conteúdo, Gomes apresenta a seguinte síntese:

O conteúdo varia em poucas reportagens, mais notas e notícias, que na maioria das vezes são apresentados junto com agências de notícias, mais comuns Reuters e Associated Press, pelo crédito das fotos, pois, nas matérias, o indicado é “Com agências de notícias”, sem de fato descrever qual ou quais. O Caderno apresenta jornalistas como autores de significativa parte do seu conteúdo, variando de autores na cobertura nos países (GOMES, 2012, p. 169 e 170).

O jornal dá destaque à manchete do caderno, que ocupa a primeira página de Mundo, e é composta também por outras reportagens, que costumam dividir espaço de duas reportagens maiores por páginas (GOMES, 2012, p. 169). Além disso, existe um time de articulistas do jornal que escreve diariamente no caderno, além de artigos traduzidos de outros jornais do exterior.

## 6.2 O conflito

A criação do estado de Israel no dia 15 de maio de 1948 deu aos judeus algo que eles procuravam havia séculos: um lar nacional. Mas, para muitos, foi esse o fato que desencadeou o mais longo conflito que marca o mundo contemporâneo (GRESH, 2002). A ida de judeus para a Palestina aumentou a partir do fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Isso porque, no período entre guerras, o nazismo emergia como força política na Alemanha, sob o comando de Adolf Hitler, que perseguia, entre outras minorias, os próprios judeus. Assim, a imigração crescente de judeus para cidades de maioria árabe-muçulmana originou pequenos conflitos, que aumentaram durante as décadas de 1930 e 1940. A Palestina estava então sob comando da Grã-Bretanha, que ficou responsável pelo território após a Primeira Guerra Mundial. Os conflitos na região começaram muito antes do Estado de Israel existir, por exemplo, e envolvem questões religiosas. Como afirma Gresh (2002), tanto israelenses e palestinos têm motivos religiosos para argumentar a posse da Palestina. No entanto, historicamente, a região teve muitos donos.

Por estar localizada numa espécie de encruzilhada entre as civilizações árabe-islâmica e ocidental, a região passou por vários domínios. Um dos mais longos foi aquele exercido pelos turcos otomanos, que durou de 1516 até o final da Primeira Guerra Mundial. Diante esses conflitos, os britânicos encorajaram a rebelião árabe contra os otomanos e, vencendo-os, ocuparam a Palestina (OLIC; CANEPA, 2003, p. 82).

Na década de 1940 a Grã-Bretanha decidiu deixar o local, principalmente pela incapacidade “de evitar os confrontos entre a majoritária população árabe e a crescente comunidade judaica, passaram o problema para a ONU” (OLIC; CANEPA, 2003, p. 82).

A solução para o problema foi proposta por ambos os lados. A Liga das Nações (a equivalente da Organização das Nações Unidas na época) propôs, em 1947, a partilha da Palestina. A proposta era a criação de dois estados, um árabe e outro judeu. A cidade de Jerusalém não seria de nenhum dos dois, e sim funcionaria como uma área internacional. Os judeus, com algumas restrições, aceitaram. Os árabes, não. A Grã-Bretanha decidiu pôr fim ao seu mandato em 1948, mesmo dia em que foi anunciada a criação do Estado de Israel.

A 14 de Maio de 1948, Ben Gourion anuncia a criação do Estado de Israel, e no dia

seguinte os exércitos de vários estados árabes invadiram a Palestina. Israel alargou as suas fronteiras muito para além do que estava previsto no plano de partilha. Desembarçou-se da grande maioria dos palestinianos residentes no seu território, remetendo-os à condição de refugiados. Ocupa a parte ocidental de Jerusalém, e faz dela a sua capital. Apenas dois territórios escaparam: a Cisjordânia (e Jerusalém Oriental), que a Jordânia anexa em 1950, e a pequena faixa de Gaza. (GRESH, 2002, p. 31).

Com a criação do Estado de Israel, muitos palestinos fugiram ou foram expulsos para países árabes vizinhos. Os que ficaram, segundo Olic e Canepa, “mesmo aqueles que com o tempo adquiriram a nacionalidade israelenses, de maneira geral, são tratados como cidadãos de segunda categoria” (OLIC; CANEPA, 2003, p. 86). Desde a criação do estado de Israel, acordo de paz foram feitos entre os dois povos e autoridades global. O de Oslo, em 1993, e o de Wye Plantation, de 1998, são dois exemplos de atitudes que buscavam estabelecer o fim do conflito na região. Nenhum, no entanto, conseguiu esse objetivo.

Entre os acordos, os conflitos na região não cessaram, e envolveram também outros países de maioria árabe que não aceitavam a existência do estado israelense. Os mais célebres são: A Guerra dos Seis Dias (1967), A Guerra do Yom Kippu (1973) e as duas Intifadas, de 1987 e entre 2000 e 2005 (OLIC; CANEPA, 2003). Atualmente, a região da Palestina tem cerca de 10 milhões de habitantes, sendo formada pelo Estado de Israel e territórios da Faixa de Gaza e Cisjordânia. Cerca de 60% da população tem origem judaica e menos de 40% árabe (OLIC; CANEPA, 2003, p. 82).

Figura 1 - Mapa da região



Fonte: G1

### 6.3 Operação Margem Protetora

A Margem Protetora foi uma operação realizada pelo exército israelense na Faixa de Gaza, na Palestina, entre os dias 7 de julho e 26 de agosto de 2014. A operação teve início após a polícia de Israel encontrar os corpos de três jovens judeus. Os estudantes Gilad Shaer e Naftali Frenkel, ambos de 16 anos, e Eyal Yifrach, de 19, foram sequestrados e mortos em Guzh Etzion, uma das colônias na Cisjordânia, quando pediam carona. O conflito envolveu o Estado de Israel e o Hamas. Este último uma organização palestina que controlava a Faixa de Gaza, foi acusado por autoridades israelenses de ter participado na morte dos adolescentes. Segundo a Organização das Nações Unidas, a operação resultou a morte de mais de duas mil pessoas em menos de dois meses de conflito.

### 6.4 Metodologia de pesquisa

A metodologia utilizada nesta pesquisa é a análise de conteúdo de notícias da editoria de Mundo da Folha de S. Paulo, entre 1º de julho e 27 de agosto de 2014. O objetivo é identificar quais foram as fontes jornalísticas construção do acontecimento jornalístico Operação Margem Protetora no jornal. Segundo Herscovitz (2007), a análise de conteúdo é um método utilizado para “detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos” (2007, p. 123). Segundo a autora, quando utilizado no jornalismo, esse método serve para avaliar “características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas” (HERSCOVITZ 2007, p. 123). Por fim, a autora afirma que a análise de conteúdo

[...] É um método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas e veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrada na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objeto de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categoria previamente testadas mutuamente exclusivas e passíveis de replicação (HERSCOVITZ, 2007, p. 126-127).

Shoemaker e Reese (*apud* HERSCOVITZ, 2007) pontuam que análise de conteúdo ajuda a compreender sobre quem produz e quem recebe a notícia. Além do mais, pode também estabelecer parâmetros culturais e lógica organizacional por trás das mensagens. Earl Babbie (*apud* HERSCOVITZ, 2007, p. 124) considera a análise conteúdo como “um dos três métodos [...] livres de intromissão direta no objeto de estudo. Os outros são a análise histórica comparativa e a análise de estatísticas”. Segundo Herscovitz (2007), a análise de conteúdo surgiu nos Estados Unidos, em 1927, com um dos fundadores dos estudos da comunicação, Harold Laswell. A autora pontua, no entanto, que o método já era utilizado mesmo em outras áreas das ciências sociais, como por Max Weber, na sociologia alemã, “que via a mídia como um meio de monitorar a ‘temperatura da sociedade’” (MACNAMARA *apud* HERSCOVITZ, 2007, p. 124). Isto é resumido na definição de Laswell que afirma que a análise de conteúdo “descrevia com objetividade e precisão o que era dito em sobre determinado tema, num determinado lugar num determinado espaço” (*apud* HERSCOVITZ, 2007, p. 124).

Além disso, Herscovitz (2007) afirma que existe uma tendência que vê a análise de conteúdo como a integração de duas visões: a qualitativa e a quantitativa. Isso ocorre, segundo a autora, para que, no estudo que se propõe, não se tenha como resultado o significado aparente de um texto, mas também o implícito. Este é entendido como o contexto onde estudo ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público a qual é dirigido. Ou seja, a necessidade da integração dessas duas visões ocorre porque, na compreensão da autora, os textos são polissêmicos, ou seja, podem ser interpretados de inúmeras maneiras por públicos diversos e, por isso, devem ser interpretados dentro do seu contexto.

Para análise das fontes jornalísticas será utilizada a matriz de tipificação de fontes de Schmitz (2011), indicada no segundo capítulo deste trabalho. Ela, segundo o autor,

[...] estabelece um demarcação e inter-relação entre os tipos, grupos e classe de fontes. De posse dessa matriz, pode-se partir de qualquer tipo de fonte para ordenar uma relação mútua entre os diferentes quadrantes. Portanto, este sistema de classificação explicita as nuances e características de cada tipo. Ao mesmo tempo, forma um conjunto complexo, que conceituamos um a um para ordenar os atributos, como uma contribuição para uma introdução à teoria das fontes de notícias (SCHMITZ, 2011, p. 23)

Após a leitura das reportagens serão classificadas as fontes utilizadas pelo jornal na composição do conteúdo a partir das categorias e subcategorias propostas pelo autor, que estão resumidas na Tabela 1.

Tabela 1 - Matriz de classificação das fontes de notícias proposta por Schmitz (2011)

<b>Categoria</b>	<b>Grupo</b>	<b>Ação</b>	<b>Crédito</b>	<b>Qualificação</b>
Primária Secundária	Oficial Empresarial Institucional Individual Testemunhal Especializada	Proativa Ativa Passiva Reativa	Identificada Sigilosa	Confiável Fidedigna Duvidosa

Fonte: Schmitz (2011)

### 6.5 Recorte para análise

As reportagens analisadas neste trabalho foram encontradas no Acervo *online* da Folha de S. Paulo, onde estão disponíveis edições dos 91 anos do jornal. Para compor o material de pesquisa foram selecionados conteúdos publicados na edição impressa da Folha durante a chamada Operação Margem Protetora, ocorrida entre os dias 7 de julho e 26 de agosto de 2014, na Faixa de Gaza, região da Palestina, no Oriente Médio. A seleção do material foi feita através de buscas do termo "Israel" no acervo, em materiais publicados na editoria de Mundo entre os dias 1º de julho e 27 de agosto de 2014. Decidiu-se por não analisar materiais que se enquadrassem no gênero opinativo<sup>2</sup>. Dessa maneira, foram encontrados 95 conteúdos que se encaixam no gênero informativo proposto por Melo (2003). Destes, foi possível identificar diferentes indicações de assinatura do texto e do local de onde o texto foi escrito (Tabela 2) e outros materiais que não tiveram a autoria publicada (Tabela 3), conforme consta nas tabelas abaixo.

Tabela 2 – Texto com assinaturas e indicação de local de produção

<b>Assinatura – Local</b>	<b>Número de conteúdos publicados</b>
Agências de notícias	45
Diogo Bercito - Oriente Médio	16

<sup>2</sup>Segundo Marques de Melo (2003, p. 66), conteúdos do gênero opinativo “se estruturam semelhantemente enquanto narração dos valores contidos nos acontecimentos, mas assumem identidades diversas a partir da autoria/angulação”. Ele entende nesse grupo o editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta.

Leonardo Blecher - São Paulo	3
Diogo Bercito – Madri, Espanha	3
Graciliano Rocha – Paris, França	2
Natuza Nery – Brasília	3
New York Times, jornal – EUA	2
Agências de notícias e De São Paulo	1
The Guardian, jornal – Inglaterra	1
Leandro Colón – Londres, Inglaterra	1
Clóvis Rossi	1
Carolina Linhares/Juliano Machado	1
Carolina Linhares/Fábio Zanini – São Paulo	1
Guilherme Magalhães – São Paulo	1
Flávia Foreque/Leonardo Blecher	1
Flávia Foreque – Brasília	1
Fabiano Maisonnave – Caracas, Venezuela	1
Morris Kachani – São Paulo	1
Mario Chimanovitch	1
Silas Martí – São Paulo	1
<b>Total</b>	<b>84</b>

Fonte: o autor

Tabela 3 – Textos identificados sem identificação de assinatura

<b>Textos sem identificação de assinatura</b>	<b>Quantidade</b>
Sem assinatura	6
De São Paulo	5
<b>Total</b>	<b>11</b>

No recorte final, optou-se por escolher 12 textos e dividi-los igualmente entre quatro das categorias encontradas a partir da assinatura do conteúdo: correspondente da Folha em Israel; de agências de notícias; do jornalista Leonardo Blecher; correspondentes ou colaboradores da Folha na Europa. A partir dessas categorias, os textos foram escolhidos de

forma aleatória, salvo os dois que noticiam o acontecimento que desencadeou o início da operação (texto 1) e o fim do conflito (texto 9). No próximo capítulo procede-se a análise a partir das indicações listadas até aqui. Dessa maneira, entende-se que é possível responder um dos objetivos específicos desta pesquisa, que é compreender a rotina da editoria de Mundo do jornal quando de um acontecimento. Isso porque, nessas quatro categorias escolhidas para análise, é possível ver o comportamento dos profissionais em diversos níveis de distância do acontecimento Operação Margem Protetora.

## 7. ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo será feita a análise das fontes jornalísticas dos 12 textos publicados entre os dias 1º de julho e 27 de agosto de 2014, na versão impressa da Folha de S. Paulo. O material foi encontrado no acervo online do jornal, através de buscas do termo "Israel". O método utilizado é a análise de conteúdo proposta por Herscovitz (2007). Os marcadores da análise foram definidos a partir da matriz de classificação de fontes jornalísticas elaborada por Schmitz (2011).

Texto 1: *Israel encontra corpos e promete ação*, de Diogo Bercito, na Faixa de Gaza (Palestina), publicado no 1º de julho de 2014

O primeiro material desta análise é o texto que noticia que as autoridades israelenses haviam encontrado os corpos dos três jovens que estavam desaparecidos havia alguns dias. O fato, segundo o próprio material da Folha, desencadeou a Operação Margem Protetora. A notícia é assinada pelo correspondente do jornal em Israel à época, Diogo Bercito.

Binyamin Netanyahu, o primeiro-ministro de Israel, é a **primeira** fonte da notícia. Devido ao posto que ocupa, Netanyahu é classificado como uma fonte **primária**, já que está próximo e é também responsável pelas decisões que desencadeariam a Operação Margem Protetora. Como o cargo sugere, trata-se de uma fonte **oficial**. Ele deu a declaração: “O Hamas é o responsável e eles vão pagar”, antes de uma reunião com autoridades de segurança. Dessa forma, entendemos sua ação como ativa, já que esse tipo de fonte utiliza a “[...] estratégia de visibilidade e agendamento de suas ideias, produtos ou serviços, para neutralizar concorrentes ou adversários, criando a si uma identidade positiva” (SCHMITZ, 2011, p. 28). As informações do primeiro-ministro são sempre **identificadas**. Por fim, também devido ao posto, trata-se de uma declaração **confiável**.

A segunda fonte do texto é o porta-voz do Hamas, Sami Abu Zuhri, a qual entendemos como **primária e oficial**. A declaração dele é uma resposta ao primeiro-ministro israelense. “Nenhum grupo palestino, nem o Hamas, assumiu a responsabilidade pela ação, portanto não se pode acreditar na versão de Israel. [...] Nós já estamos acostumados [com ameaças] e sabemos como nos defender”. É classificada como uma **ativa**, já que, assim como a primeira,

utiliza a mídia para defender seus interesses. Além do mais, o porta-voz é uma fonte **confiável** e **identificada**.

“Uma fonte militar do The New York Times” é a terceira do texto. Segundo ela, os corpos dos três adolescentes judeus haviam sido baleados pouco depois do sequestro. A fonte é *off* e **duvidosa**, já que “[...] expressa reserva, hipótese e mesmo suspeita. Assim, o valor de verdade da informação é atenuado, embora a sua posição confira crédito e o jornalista considera a informação como provisoriamente verdadeira, até prova em contrário” (SCHMITZ, 2011, p. 32). Ela apresenta características **primária**, **passiva** e **testemunhal**.

A quarta fonte do texto é o vice-ministro da defesa de Israel, Danny Dannon, que afirmou que o governo “não vai parar até que o Hamas seja derrotado”. Dannon é uma fonte **primária**, **oficial**, **ativa**, **confiável** e **identificada**. Por fim, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, recebe espaço no texto, ao afirmar que a morte dos três adolescentes significava um “ato de terrorismo”. Além disso ponderou ao pedir que “todas as partes evitem dar passos que possam desestabilizar ainda mais a situação”. Obama, assim, é uma fonte secundária, porque comenta a situação à distância; oficial e confiável, pelo cargo que ocupa; ativa, já que a fala dele foi incluída no texto através de um comunicado, além de identificada.

Texto 2: *Cerco de Gaza impõe carência a palestinos*, de Diogo Bercito, na Faixa de Gaza (Palestina), publicado dia 28 de julho de 2014

A primeira fonte é primária: Muhammad al-Atram, um palestino, faz uma afirmação sobre a operação Margem Protetora: “Todos somos contra o bloqueio”, disse ele ao repórter da Folha. Quando acrescenta “Não podemos nem nos mover”, ao se referir após ter a casa destruída num bombardeio, o palestino entra na classificação de fonte **primária**, **popular** e **passiva**. É também **fidedigna** e **identificada**. Outra fonte, Muhammad al-Atrab, de 22 anos, que, segundo o repórter dormia na rua após fugir do bombardeio, acrescenta: “Não há nada aqui. Quero estudar no exterior”. Ele entra nas mesmas classificações da fonte anterior.

O repórter recorre à Constituição do Hamas. Ela, por sua vez, é uma fonte **referência**, já que é um documento disponível para consulta dos jornalistas. Em seguida, uma fonte **oficial**, **confiável** e **identificada** como “um porta-voz do Hamas” fala: “Estamos morrendo lentamente”. Pelo cargo que ocupa e proximidade ao fato é **primária**, e, por fim, **ativa**. A mesma classificação pode ser dada ao também porta-voz do Fatah, que também recebe espaço.

“É desumano deixar 1,7 milhão de pessoas em uma prisão a céu aberto, separadas do restante do país [...] É uma punição coletiva contra a população civil”.

O diretor do hospital Shifa é ouvido na reportagem. “Já faltava remédio antes da guerra. Usamos o mínimo”, disse Nasr al Ttar. Ele é classificado como uma fonte **primária, oficial, passiva, fidedigna e identificada**.

Arwa Mohana, do grupo humanitário Oxfam, é fonte usada para confirmar a falta de comida para os palestinos. É uma fonte **primária, institucional, fidedigna, ativa e identificada**. Por fim, Jaber Qudaih, do Centro de Desenvolvimento Maan, afirma: “Não há novas [casas] sendo construídas, já que faltam ferro e cimento”. Qudaih é também uma fonte **primária, institucional, fidedigna, ativa e identificada**.

A Coordenação de Atividade Governamental nos Territórios, autoridade israelense responsável pela passagem a Gaza, é fonte que abre o contraponto às anteriores. “[...] não há realmente um bloqueio”, diz o porta-voz Guy Imbar. “O Hamas utiliza o movimento das pessoas, em alguns casos, para incrementar as suas capacidades de terrorismo”. Essa fonte é, assim, **primária, oficial, ativa, fidedigna e identificada**.

Texto 3: *Em Gaza, palestinos não encontram abrigos*, de Diogo Bercito, na Faixa de Gaza (Palestina), publicado no dia 24 de julho de 2014

Existem quatro fontes **primárias, populares, passivas, fidedignas e identificadas**. A primeira é Najah al-Atar, que diz: “Foi o lugar mais seguro que encontramos”, ao se referir a onde morava, no pátio de uma escola administrada pela ONU. A história de Ibrahim al-Baghtiti é citada no texto, mas não há uma fala dele. A terceira é Al-Gharib, que afirma: “Eles atacam qualquer coisa. [...] Hospitais, escolas, mesquitas. Todos somos alvos”. “Carrego minhas chaves como os anciãos palestinos para mostrar que ainda tenho uma casa”. A última é identificada apenas como “uma jovem” e ela, conforme o texto, se lamentava: “[...] meu irmãozinho”, que estava nas dependências do Hospital de Shifa. O Exército de Israel é citado, uma fonte oficial, através do porta-voz Roni Kaplan: “Nos preocupamos muito com a presença de civis em zonas de combate”. Dessa forma, é uma fonte **primária, oficial, fidedigna, ativa e identificada**.

A direção do hospital também é ouvida pela reportagem da Folha, que passou a informação de que havia 30 feridos e um morto vindos da região onde ocorrera um bombardeio

do exército israelense. A direção é por isso, uma fonte **primária, testemunhal, passiva, identificada e fidedigna**.

Texto 4: *O poder do Hamas*, de Leonardo Blecher, em São Paulo, publicado no dia 3 de julho de 2014

O porta-voz do Exército de Israel, Roni Kaplan, é a primeira fonte citada. “A questão é como garantir a tranquilidade da população nos próximos anos, para que daqui a dois anos eles não tenham de novo túneis e foguetes [...] É uma possibilidade que nos preocupa muito. Não queremos esse ciclo vicioso”, disse ele, que é classificado como primária, oficial, ativa e identificada e fidedigna. O exército israelense é usado outra vez, para calcular o número de foguetes perdido pelo Hamas. O primeiro-ministro israelense, Binyamin Netanyahu, também é fonte das informações, mas não há uma fala dele no texto. Ambas as fontes são **primárias, oficiais, ativas, confiáveis e identificadas**.

Duas fontes consideradas **secundárias, passivas, identificadas e fidedignas** são utilizadas na reportagem. A primeira é o brasileiro André Lajst, sargento da reserva da inteligência da Força Aérea Israelense, que diz: “Quando você combate o terrorismo, o objetivo não é só tirar a capacidade militar, mas também a motivação para fazer ações [...] Por isso Israel tem a política de bater forte quando bate”. A segunda é Peter Demant, professor de história da Universidade de São Paulo, especialista em Oriente Médio. “Em termos políticos, o Hamas não está perdendo. Não descarto que o conflito possa ter um desfecho não totalmente negativo para eles. [...] Para eles, também é importante mobilizar uma simpatia internacional, apesar da atuação criticada”. Essas fontes, no entanto, têm diferenças quanto ao grupo: a **primeira** é testemunhal; a segunda, **especialista**.

Duas passagens da Constituição do Hamas são utilizadas: o preâmbulo “Israel existe e continuará a ser destruído pelo islã, como outros foram destruídos antes” e o artigo 6º: “O Movimento de Resistência Islâmica é um movimento palestino cuja lealdade é para com Alá, e sua meta é levantar a bandeira de Alá sobre cada centímetro da Palestina. Essa fonte é classificada como **referência**. O orçamento do Hamas é creditado como fonte o próprio grupo. Dessa maneira, é uma fonte **primária, oficial, ativa, identificada e fidedigna**.

Texto 5: *Parte dos militares israelenses desconhece alvo de seus ataques*, Leonardo Blecher, em São Paulo, publicado no dia 20 de julho de 2014

A primeira fonte é *off*, já que ela pede para não ter o nome divulgado. Assim, é usado o nome fictício Ana, que fazia parte do comando aéreo israelense em outra operação em Gaza, em 2008. “A gente não sabe quem está atacando, só recebe uma pasta com ordens. Eu nunca atirei, porque não conseguiria fazer isso. Eu sabia que havia uma pessoa ali embaixo e, para mim, isso era muito delicado”. Desse modo, ela é uma fonte **primária, testemunhal e reativa**. É classificada como uma fonte **duvidosa**, já que, por não se identificar, a “verdade da informação é atenuada, embora a sua posição confira crédito e o jornalista considera a informação como provisoriamente verdadeira, até prova em contrário” (SCHMITZ, 2011, p. 32).

André Lajst, sargento da reserva da inteligência da Força Aérea Israelense, é também utilizado no texto. “Esse é um trabalho diário de verificar quem mora em qual andar, quantos andares tem a casa, a estrutura da casa”. Assim, ele é uma fonte **secundária, testemunhal, passiva, identificada e fidedigna**. O jornalista palestino Ahmed Balousha, que estava na Palestina durante o conflito, é uma fonte ouvida pela internet. “Gaza é muito pequeno. Se deixarmos nossas casas, para onde podemos ir?”. Ele é uma fonte **primária, popular, passiva, fidedigna e identificada**.

Texto 6: *Brasileiros torcem em meio a confronto*, de Leonardo Blecher, em São Paulo, publicado no dia 9 de julho de 2014

No texto, uma brasileira que mora em um kibutz<sup>3</sup>, em Israel, a 6 km da Faixa de Gaza, é ouvida. A paulista Betty Raz, de 66 anos, é a única fonte do texto e é utilizada para contextualizar a vivência no local. “Você não sabe o que fazer, sai correndo, fica sem reação”, disse, entrevistada por telefone. Na época, ocorria a Copa do Mundo de futebol no Brasil. “O

---

<sup>3</sup> O kibutz é uma colônia rural feita por judeus. Elas começaram a se espalhar pela região da Palestina ainda no século XX e existem até hoje. Segundo Akcelrud o kibutz é a “primeira comuna rural da história na qual não circulava dinheiro, não havia polícia, nem cadeia, nem sinagoga, nem rabino. Todo o poder pertencia à assembleia democrática” (AKCELRUD, 1986, p 56).

Exército não permite fazer festa nesses dias. [...] Além disso, as pessoas não têm ânimo”. Por fim, ela conta a trajetória desde que chegou, após a Guerra dos Seis Dias, em 1967. “Mas como posso sair? Tenho meus filhos, meus netos”, contou, ao responder por que não volta ao Brasil. A paulista é uma fonte **primária, popular, passiva, identificada e fidedigna**.

Texto 7: *Morte de palestino eleva tensão em Israel*, das agências, publicado no dia 3 de julho de 2014

O texto tem a informação de “parentes e testemunhas” que teriam visto o sequestro de Muhammad Hussein Abu Khdeir, de 16 anos. O corpo do adolescente foi encontrado depois, parcialmente queimado e com marcas de violência. As fontes, desse modo, são primárias, testemunhais, passivas, identificadas e fidedignas. No texto, o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas pediu ao primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, que condene a morte “como nós condenamos as dos israelenses”. O primeiro-ministro respondeu que pediria uma investigação para encontrar os responsáveis. “Não pratiquem a lei com as próprias mãos”, pediu ele. O Hamas, em nota, disse que Israel “iria pagar o preço pelo crime cometido pelos colonos”. As três fontes são **primárias, oficiais, ativas, confiáveis e identificadas**.

A Casa Branca também condenou a morte e pediu que Israel e Autoridade Nacional Palestina ajam para “prevenir a atmosfera de vingança”. Ela é uma fonte secundária, oficial, ativa, confiável e identificada. O texto utiliza a informação do grupo humanitário Crescente Vermelho, de que mais de um ataque ocorrido após a localização do corpo deixou mais de 50 feridos. Essa fonte é **primária, institucional, ativa, confiável e identificada**.

Uma nota da família de Naftali Fraenkel, um dos três adolescentes israelenses mortos, foi utilizada no texto. Ela classifica a morte do palestino como um “ato horrível”. “Não há diferença entre sangue árabe e judeu”. Informações da entrevista de Majdi Abu Khdeir, primo do adolescente palestino morto, à rede de televisão CNN é também utilizada no texto. As duas fontes são **primárias, testemunhais, passivas, identificadas e fidedignas**.

Texto 8: *Trégua fracassa, e Israel e Hamas retomam ataques*, das agências, publicado no dia 20 de agosto de 2014

“Autoridades palestinas” e Hamas são utilizados no texto, e classificadas como fontes **primárias, oficiais, ativas, identificadas e confiáveis**. O texto aponta “fontes palestinas” para basear uma informação. Em nenhum momento há a alguma informação sobre que tipo e proximidade de fonte se trata. Assim, é classificada apenas como **primária e duvidosa**.

Porta-voz do governo israelense, Mark Regev aparece no texto. “As conversas do Cairo eram baseadas na premissa acordada de total interrupção nas hostilidades [...] Quando o Hamas quebra o cessar-fogo, também quebra a premissa das negociações”. O outro lado do conflito também tem espaço, através da fala do chefe das negociações da delegação palestina do Fatah, Azzam al-Ahmed. “Israel frutou os contatos que poderiam ter trado a paz. Houve uma decisão de Israel de fazer as negociações do Cairo falharem”. Essas fontes são classificadas como **primárias, oficiais, ativas, identificadas e confiáveis**. Por fim, “autoridades de saúde da faixa de Gaza” são utilizadas como fonte para o número de mortes durante a operação. Essa é uma fonte **primária, oficial, ativa, confiável e identificada**.

Texto 9: *Israel e palestinos acertam trégua permanente em Gaza*, das agências de notícias, publicado no dia 27 de agosto de 2014

O presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, é a primeira do texto. “Gaza passou por três guerras e estamos esperando outra? Não podemos continuar com negociações nebulosas”, disse. O porta-voz do governo israelenses, Mark Regev, é citado em seguida. “Nós não temos problemas em apoiar os civis. O que não queremos é que o Hamas retome seu poder militar”. A terceira fonte no texto é o porta-voz do Hamas, Sami Abu Zuhri, que chamou a trégua de “vitória da resistência”. “Agradecemos ao povo de Gaza que sacrificou suas casas, crianças e dinheiro. [O premiê israelense, Binyamin] Netanyahu falhou em forçar Gaza a se render”. As três fontes são **primárias, oficiais, ativas, confiáveis e identificadas**.

Por fim, a Organização das Nações Unidas (ONU) é a fonte para o balanço dos mortos nos dias do conflito. Ela é uma fonte **primária, oficial, ativa, confiável e identificada**.

Texto 10: *Europeus já pressionam Israel contra ação militar*, de Leandro Colon, em Londres (Inglaterra), publicado no dia 5 de agosto de 2014

O texto assinado pelo correspondente da Folha de S. Paulo em Londres, Leandro Colon, tem apenas fontes **secundárias, oficiais, ativas, identificadas e confiáveis**. A primeira é o Parlamento do Reino Unido utilizado como base para dados sobre a venda de armas para Israel. Downing Street, que fala em nome do Parlamento, David Cameron, primeiro-ministro britânico, François Hollande, presidente francês, são utilizados como fontes, mas não têm falas. O governo espanhol também é citado. Por último, o único que recebe espaço de fala no texto é o ministro de Relações Exteriores da França, Laurent Fabius, que afirmou que Israel tem direito de se defender, mas que é “injustificável que crianças sejam assassinadas, e civis, massacrados. Ele completa: “Quantas mortes mais serão necessárias para parar a matança em Gaza”.

Texto 11: *Clima pró-Gaza inflama milícia judaica*, de Graciliano Rocha, em Paris (França), publicado no dia 11 de agosto de 2014

O texto é assinado por Graciliano Rocha, colaborador da Folha em Paris na época. A primeira fonte é uma carta publicada no site da Liga de Defesa Judaica (LDJ), que diz “rejeita o mito [da existência de um povo palestino]”. Essa é uma fonte primária, institucional, referência, confiável e identificada. Ministério do Interior da França também afirma que estuda a dissolução do grupo. Ele é uma fonte **primária, oficial, ativa, confiável e identificada**.

Em seguida, para explicar como funciona a LDJ, Itshak Rayman, identificado como porta-voz do movimento, é entrevistado por telefone. “Nós amamos Israel e tentamos proteger sinagogas e estabelecimentos de judeus quando a polícia não está lá”, disse. “Não temos as armas da polícia, os meios ou os direitos. Nem queremos ter. A questão é que a polícia não está em todos os lugares”.

Ele é o único ouvido para a construção da notícia. “Nós não atacamos os policiais, eles atacam. Eles cantam o hino da Argélia, da Tunísia e do Marrocos. Nós, a ‘Marselhesa’”, diz, ao explicar a vivência com árabes, que vêm dos países citados. “Se você é rico, você mora nos bairros nobres de Paris e não há problema. Mas, se você mora no 20º Distrito ou em Bobigny, sua mulher será atacada. Seus filhos serão insultados ou vão apanhar na escola”, afirma Itshak

Rayman ao comentar a violência. “Na França, nós não temos futuro. Quem quer usar um *quipá* na rua deve fechar o comércio, a casa, pegar a mulher e os filhos e partir para Israel”.

Por fim, o porta-voz da LDJ pontua. “Em 1933, na Alemanha, havia dois tipos de judeus: o otimista e o pessimista. Os pessimistas partiram para Nova York ou para Jerusalém. Os judeus otimistas foram exterminados”. Assim, ele é classificado como uma fonte primária, institucional, passiva, fidedigna e identificada.

Texto 12: *Hostilizados, jovens judeus europeus vão para Israel*, de Diogo Bercito, em Madri (Espanha), publicado no dia 17 de agosto de 2014

Existem três fontes **primárias, populares, passivas, fidedignas e identificadas** usadas na construção do texto. A primeira é Marc Leiba, de 31 anos, que afirma. “Eu vi que ser judeu, que é uma coisa pessoal, me define mais do que ser francês. [...] Saí da França porque acho que os judeus não têm futuro ali”. A segundo é Jonathan Litewsk na Escócia, que diz juntar dinheiro para ir morar em Israel. “Não aguento mais morar em Edimburgo”, diz ele. A última é a francesa Leah Stora, que pontua. “Eu nunca tive medo de andar nas ruas de Paris. Se você não é religioso, as pessoas nem sabem que você é judeu”.

Yonathan Arfi, vice-presidente da federação de judeus na França também é consultado. “Pela primeira vez, tivemos gangues atacando sinagogas. Até então, esses crimes eram cometidos por indivíduos [...]. As populações pobres consideram os judeus o rosto do sistema”. A Agência Judaica, que tem dados dos judeus que imigraram para Israel, também é fonte. Ambas são **primárias, institucionais, ativas, fidedignas e identificadas**.

Federação judaica espanhola FCJE é ouvida na reportagem, e diz que “os preconceitos antigos seguem existindo e aumentando nos últimos anos, tomando novas formas”. “Não temos um grande volume de ataques a pessoas ou propriedade”, diz a diretora Carolina Aisen, “mas há aumento do antissemitismo no âmbito educativo, especialmente universidade, e nos meios de comunicação”. “Há um antissemitismo no inconsciente coletivo. É um profundo desprezo pelo judeu que se demonstra em expressões como ‘judiar’ e em festas populares que tratam da difamação de judeus”, acrescenta ela, que é uma fonte **primária, institucional, passiva, fidedigna e identificada**.

A tabela abaixo resume a classificação das fontes encontradas durante a análise de conteúdo dos textos. Nela estão separadas o número também nos quatro grupos de assinatura

escolhidos.

Tabela 4: Resultado encontrado na análise

Classificação	Quantidade de fontes encontradas nos textos				
	1 a 3	4 a 6	7 a 9	10 a 12	Total
<b>Total</b>	20	10	18	14	62
<b>Por categoria</b>					
Primária	19	7	17	9	52
Secundária	1	3	1	5	10
<b>Grupo</b>					
Oficial	10	3	14	6	33
Empresarial					
Institucional	2			4	6
Popular	4	2		3	9
Testemunhal	3	3	3		9
Especializada		1			1
Referência	1	1		1	3
<b>Ação</b>					
Proativa					
Ativa	10	3	14	10	37
Passiva	10	6	3	4	23
Reativa		1			1
<b>Crédito</b>					
Identificada	20	9	17	14	59
Off	1	1			2
<b>Qualificação</b>					
Confiável	11	3	14	8	36
Fidedigna	8	6	3	6	23
Duvidosa	1	1	1		3

Fonte: o autor

## 7.1 Resultado da análise

A partir da análise, é possível identificar que a Folha de S. Paulo construiu o acontecimento Operação Margem Protetora a partir de fontes oficiais, principalmente do lado israelense: 10 das 19 são oficiais. O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, e porta-

vozes do governo aparecem cada um quatro vezes. Essas duas fontes só não são utilizadas na construção dos textos dos jornalistas que estavam na Europa (Textos 10, 11 e 12). Do lado palestino, são 14 fontes oficiais ouvidas, em que prevalecem o Hamas e seus porta-vozes e, da mesma forma, não recebem espaço nos textos 10, 11 e 12. Isso indica que, em geral, os textos são construídos a partir dos mesmo agentes, órgãos e governos, aqui entendidos como fontes oficiais. Esse padrão é mais claro no grupo de texto das agências de notícias, em que foi contabilizado o uso de 14 fontes oficiais e três populares. Conclui-se que o material recebido pelas agências é geralmente recortado de modo a deixar como base as informações vindas de órgãos governamentais.

Entre as 62 fontes encontradas, apenas uma delas não foi possível enquadrar na matriz de Schmitz (2011), identificada apenas como “fontes palestinas”, no texto 8. Os textos que tiveram mais fontes foram os do correspondente da Folha em Israel (20) e os que tiveram menos foram assinados pelo repórter Leonardo Blecher, de São Paulo (10).

A **categoria** mais encontrada foi a de fontes **primárias**. Isso indica que as fontes próximas ao local ou que tinham informações privilegiadas sobre o acontecimento foram as que receberam mais espaço. Elas têm envolvimento direto com o fato, como autoridades e testemunhas. Por outro lado, as secundárias, que são utilizadas para contextualizar, interpretar, analisar, o acontecimento, tiveram pouco espaço. Essa escolha está ligada à importância de ter pessoas ou organizações próximas ao acontecimento para que, de alguma forma, não haja dúvidas sobre a confiabilidade da informação. Tanto que apenas 10 fontes secundárias, ou seja, aquela com quem o jornalista repercute um fato, foram utilizadas.

O grupo de fontes mais citado foi o das **oficiais**, que representam mais da metade do total. Desse modo, verifica-se que, em geral, o jornal e seus correspondentes optaram por autoridades ou porta-vozes do governo para construir a notícia. As agências de notícias foram as que mais se utilizaram delas, seguido do correspondente em Israel, dos correspondentes na Europa e, por fim, da redação no Brasil. Desse modo, a premissa de Schmitz (2011) se comprova, já que ele afirma que as fontes oficiais “[...] são as preferidas dos jornalistas, pois suas ações e estratégias têm impacto direto no interesse público, pela sua capacidade e poder de influência, acesso facilitado e sistemático às pautas da mídia” (SCHMITZ, 2011, p. 49). Além disso, o uso indica que o jornalista busca informações baseadas em pessoas e organizações que dão credibilidade ao texto, como é o caso da fala do primeiro-ministro israelense, Binyamin Netanyahu, a fonte que mais foi utilizada nos textos e identificada quatro vezes durante a análise. As fontes **testemunhas** e **populares**, aquelas que estão mais próximas ao acontecimento, foram utilizadas 18 vezes, a maioria delas pelo correspondente da Folha em

Israel. Nas 62 fontes listadas, apenas um especialista foi consultado, o que indica que o jornal e seus profissionais optaram por focar nas informações atuais do conflito, sem uma contextualização histórica do acontecimento.

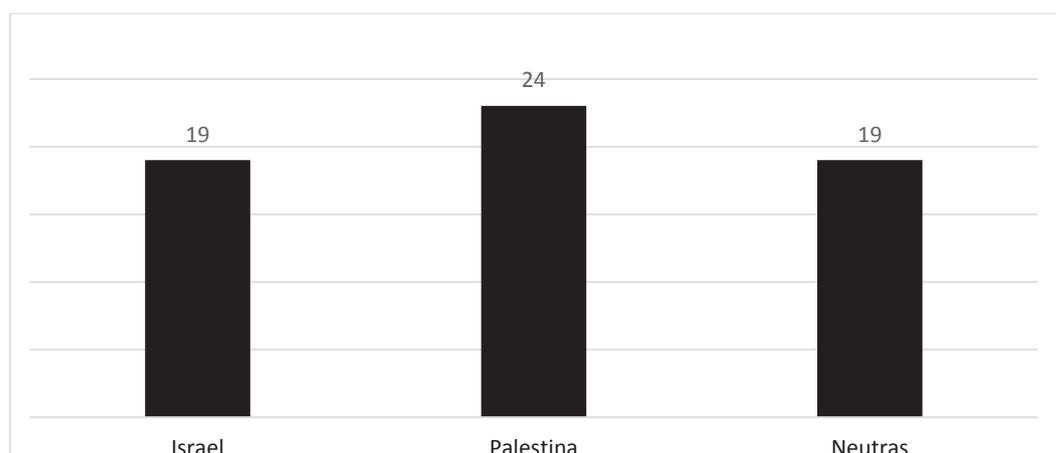
Já quanto à ação, as fontes **ativas**, aquelas que mantêm relacionamento regular com a mídia e possuem uma estrutura profissional de comunicação, tiveram mais espaço. Elas, em geral, estão relacionadas às fontes **oficiais**, que mantêm hábito de dialogar com a imprensa. As **passivas**, que se manifestam apenas quando consultadas, foram menos encontradas que as **ativas**.

Os textos analisados seguem regra básica da informação, que é a citação da fonte com sua **identificação**, segundo Schmitz (2011). Em dois casos foram utilizadas fontes **off**, que são aquelas que repassam informações ao jornalista sem que o mesmo informe sua identidade. Uma desse tipo de fonte encontrada no texto é uma ex-militar do governo israelense. Identificada com o nome fictício Ana, ela repassa ao repórter a principal informação do texto – e que é, inclusive, o título – “Parte dos militares israelenses desconhece alvo de seus ataques”. Desse modo, e diante da importância da fonte, o jornal decidiu utilizá-la por confiar na ex-militar. Isso significa, no entanto, que ao fazer isso, o jornalista “assume o que foi revelado por ela [a fonte], respondendo civil e criminalmente” (SCHMITZ, 2011, p. 67). Do outro lado, ao usar as **identificadas**, o jornalista e o veículo adotam uma atitude neutra, ao apenas divulgar o que é dito em público ou responsabilizar integralmente a fontes que repassam certa informação.

Quanto à **classificação**, as fontes **confiáveis** e **fidedignas** são as que mais aparecem nos textos. Isso indica que a maioria das fontes que tiveram espaço na cobertura têm relação estável com o jornalista e estão em posição social ou próximas ao fato. Essa opção, por parte do repórter, tem a ver com o acesso que ele tem a pessoas e organizações, já que as **confiáveis** “mantêm uma relação estável com o jornalista, por interesses mútuos” e a **fidedigna** “está acima de qualquer suspeita e digno de fé, mesmo professando uma ideologia” (SCHMITZ, 2011, p. 32). Isso explica porque foram encontradas poucas fontes que expressam reserva, hipótese e mesmo suspeita.

Por fim, foi feito um levantamento (Gráfico 1) para saber se houve equilíbrio no número de fontes utilizadas nos textos. Das 62, foram encontradas 19 fontes que se manifestaram pelo lado israelense e 24 no palestino. As demais, 19, são as organizações, governos e mesmo especialistas que não respondem por nenhum dos lados.

Gráfico 1 – Fontes encontradas durante a análise



Fonte: o autor

Esse equilíbrio entre as vozes utilizadas para a construção do acontecimento é um indício de que o jornal manteve uma pluralidade e buscou respeitar os dois lados envolvidos no conflito, além de ceder espaço a governos, organizações e especialistas que não tinham participação direta na Operação Margem Protetora.

Após a análise dos textos, é possível entender como funciona o processo de construção de um acontecimento jornalístico. Como foi dito no primeiro capítulo deste trabalho, é impossível ocorrer uma distinção entre a realidade e o material jornalístico que deveria refletir essa realidade. Isso por diversos motivos, como foi exposto. O primeiro é resumido no pensamento de Defleur e Ball-Rokeach (1993, p. 280): “[...] o que é selecionado para virar notícia e a construção que dela é feita são fatores que fogem do controle do produtor do conteúdo, porque a descrição que é feita do acontecimento é uma consequência dos recursos que o jornalista dispõe no exercício da prática jornalística”. A título de exemplo, se a redação da Folha de S. Paulo decidiu, por algum motivo, diminuir o texto que noticiou o fim do conflito (Texto 9), qual material teria ficado de fora? Uma fonte que poderia esclarecer uma questão que não tenha sido abordada por uma que foi utilizada no texto? E por que as fontes utilizadas foram aquelas e não outras?

Além disso, a operação ocorreu em um lugar onde a maioria da população fala árabe ou hebraico. A própria questão da tradução do que o repórter ouviu pode ser feita de diversas maneiras, uma vez que "não existem duas línguas suficientemente semelhantes para poderem ser consideradas representantes da mesma realidade social" (DEFLEUR; BALL-ROKEBACH, 1993, p. 270). Assim, pode-se também questionar o que se perdeu entre o que disse uma fonte palestina e o que o profissional traduziu e posteriormente escreveu sobre a fala? A pergunta não

tem resposta, mas esclarece o entendimento de que o jornalismo não é um espelho, mas sim um agente que constrói a realidade a partir das escolhas que faz e com as notícias que transmite ao público. E o resultado da presente pesquisa abre margem para que se pense a seleção de fontes como um elemento essencial no processo de construção da realidade jornalística.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia teve como objetivo compreender o papel das fontes na construção do acontecimento jornalístico Operação Margem Protetora na editoria de Mundo da Folha de S. Paulo. Para isso, foram analisados textos publicados durante os dias do conflito na Faixa de Gaza. Também se buscou entender a rotina da cobertura jornalística da editoria durante um acontecimento no exterior e o trabalho dos correspondentes internacionais do veículo. A metodologia de pesquisa utilizada foi a análise de conteúdo de Herscovitz (2010). A partir dela, foram utilizados como marcadores a matriz de fontes jornalísticas proposta por Schmitz (2011).

Durante a pesquisa do objeto de estudo foi possível constatar que a Operação Margem Protetora foi pauta recorrente na Folha de S. Paulo. Entre o dia 1º de julho e 27 de agosto de 2014, 95 textos relacionados ao assunto foram publicados na editoria de Mundo do jornal. É uma média de quase dois textos por edição. Mas o número aumentaria se fossem contados também aqueles textos que entram na classificação de opinativos, proposta por Melo (2003), como análises e editoriais, por exemplo. Além do espaço dado ao tema, o número de profissionais envolvidos na cobertura também indica o interesse do veículo na cobertura. Pelo menos 16 jornalistas diferentes - do veículo ou colaboradores - assinaram os textos. Entre eles havia, inclusive, um correspondente em Israel, que foi responsável por 16 materiais.

A operação, no entanto, não ficou restrita apenas ao Oriente Médio. O conflito desencadeou uma crise diplomática entre os governos de Brasil e Israel. Com isso, jornalistas do veículo em Brasília e mesmo um enviado especial a Caracas, Venezuela, foram deslocados para ouvir as autoridades brasileiras. Na Europa, três correspondentes fizeram a repercussão dos conflitos na Espanha, Londres e França. Isso mostra que a editoria buscou outros pontos de vista de pessoas que estavam longe do campo de batalha, mas que, por alguma razão, tinham interesse no acontecimento.

Verificou-se também que 45 dos 95 textos encontrados foram assinados por agências de notícias. No total, 60 fontes foram utilizadas para construir o acontecimento nos 12 textos analisados. Assim, verifica-se que o correspondente da Folha em Israel foi o que mais se utilizou de fontes na notícia, ao passo que Leonardo Blecher, da redação em São Paulo, utilizou-se de oito. Por fim, foi possível constatar que houve uma pluralidade de fontes utilizadas, tanto do lado israelense quando do palestino. E mesmo as fontes que não tinham ligação direta com o conflito foram igualmente ouvidas.

A partir dos números apontados nesta pesquisa é possível elaborar diversos questionamentos. Como dito anteriormente, o jornal deu grande destaque ao assunto, ao ponto de manter um correspondente *in loco* e outros tantos profissionais para a cobertura do acontecimento. Isso, com a média de dois conteúdos informativos publicados por dia, leva a uma pergunta: por que um evento no exterior, em geral, e o conflito entre israelenses e palestinos, em específico, desperta tanto interesse de um jornal brasileiro?

Além disso, os conteúdos opinativos, que não entraram nesta monografia, seguiram qual tipo de pensamento, teriam preferência por algum dos lados? Os editoriais do jornal teriam sido neutros? Fora do jornal, questões podem ser levantadas. Outros veículos brasileiros também têm o mesmo interesse no assunto e investem para que a cobertura não fique restrita às agências de notícias? Existem semelhanças na cobertura de jornais e mesmo veículos de outras mídias no Brasil?

Esta monografia ajuda a compreender o papel das fontes jornalísticas na cobertura de um acontecimento no exterior, bem como o trabalho de uma editoria de Internacional no Brasil. No entanto, acaba como começou: com perguntas. E são as repostas a esses questionamentos que podem motivar a construção de conhecimento sobre um assunto importante para o jornalismo brasileiro, mas que, até agora, recebe pouca atenção no ambiente acadêmico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACERVO da Folha. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: < <http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 2 de maio de 2016.

AGNEZ, Luciane F. *Identidade profissional no jornalismo brasileiro: a carreira dos correspondentes internacionais*. Tese (Doutorado em Comunicação) Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, julho de 2014.

AGUIAR, Pedro, *Jornalismo internacional em redes*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008.

AKCELRUD, Isaac. *O Oriente Médio: origem histórica dos conflitos: imperialismo e petróleo: judeus, árabes, curdos e persas*. Campinas: Editoria da Universidade Estadual de Campinas, 1986.

ALSINA, Miquel Rodrigo. *A construção da notícia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: as técnicas do jornalismo*. São Paulo: Ática, 4. ed. 1990.

BALDESSAR, M<sup>a</sup> José. *A ordem invertida: o fluxo internacional de notícias a partir do advento da Internet. Um estudo exploratório dos websites O Globo, O Estado e JB online*. 2006, 229 f. Tese (Doutorado). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo, Sammus, 1994.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2012.

ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário*. 5<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ática, 1991.

FÁVERO, Altair Alberto; GABOARDI, Ediovani Antônio; CENSI, Angelo Vitório; RAUBER, Jaime José; TROMBETTA, G. L.; SOARES, M. *Apresentação de trabalhos científicos*. 4.ed. Passo Fundo, Edupf, 2008. v. 1. 1p.

GRESH, Alain. *Israel, Palestina: as verdades de um conflito*. Porto: Campos das Letras, 2002.

FOLHA de S. Paulo. *Manual da Redação da Folha de S. Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2010.

GOMES, Ingrid. *Olhares sobre o outro: estudo das representações do Islã nos jornais Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo*. Ingrid Gomes, 2012, 275 f. Tese (doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2012.

HENN, Ronaldo. *Pauta e Notícia: uma abordagem semiótica*. Canoas: Ed. ULBRA, 1996.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. *Análise de Conteúdo em Jornalismo*. In: LAGO, Cláudia;

BENETTI, Márcia. *Metodologia de pesquisa em Jornalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. Mantiqueira, 3ª ed. Rev e ampl., Campos do Jordão, 2003.

MOURA, Dione O.; AGNEZ, Luciane F. *A atuação dos correspondentes internacionais e os impactos da era digital: uma sondagem*. In: IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2011, Rio de Janeiro. Anais do IX Encontro Anual da SBPJor. Rio de Janeiro: ECO – UFRJ, 2011.

NATALI, João Batista. *Jornalismo Internacional*. São Paulo: Contexto, 2004.

OLIC, Nelson Bacic; CANEPA, Beatriz. *Oriente Médio e a Questão Palestina*. Moderna, 2ª ed. São Paulo, 2003

PASTI, André. *As agências transnacionais de notícias e os círculos descendentes de informações no território brasileiro no período da globalização* IN: XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação. Campinas, 2011 Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-3031-1.pdf>. Acesso em: 07/09/2015.

PENA, Felipe (org.). *1000 Perguntas sobre Jornalismo*. Rio de Janeiro: Editora Rio/Estácio de Sá, 2005.

RODRIGUES, Adriano Duarte. “*O acontecimento*”. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja, 1993, p. 27-33.

ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo?* São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 10ª edição. 10ª ed. 2000.

SCHMITZ; Aldo Antonio: *Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Florianópolis: Combook, 2011.

SILVA, Gislene; SILVA; Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (Orgs.). *Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações*. Florianópolis: Insular, 2014.

TASCHER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Guerra, 1992.

TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e <<estórias>>*. Belo Horizonte: Vega, 2. ed., 1999.

\_\_\_\_\_. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são*. Florianópolis: Insular, v. 1, 2005

WOLF, Mário. *Teorias da Comunicação*. Milão: Grupo Editoriale Fabbri, Bompiani, Sonzogno, 1985.